



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2017

Ata n.º 36

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Edifício da Junta de Freguesia das Ferreiras, por convocatória de dezoito de Abril e aditamento de vinte e sete de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Aprovação da ata da sessão de 29-11-2016;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de alteração do caminho de acesso à praia, na Quinta do Castelo-Albufeira;--

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para o Aluguer de Máquinas e Viaturas com Operador ou Condutor, até ao Limite de € 149.000,00, acrescido de IVA; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sobre o Aviso nº POAPMC- F2-2017-01- Distribuição de Géneros Alimentares e/ou Bens de Primeira Necessidade - Candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira em parceria com a Fundação António Silva Leal e o Centro Paroquial de Paderne - Compromisso do Município na disponibilização de um espaço para armazenamento de bens;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Produtos Químicos para Limpeza e Acessórios de Limpeza e Higiene Específicos para a Área Alimentar de Acordo com o Sistema HACCP, para as Cantinas Escolares do Município de Albufeira e para as Atividades Desenvolvidas no Âmbito da DEAS, até ao limite de € 120.000,00, acrescido do IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Carnes Frescas e Enchidos para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de € 137.000,00, acrescido do IVA;-----

PONTO OITO: Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2016, do Estatuto do Direito de Oposição; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2016; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2016; -----



PONTO ONZE: Tomada de conhecimento do teor dos Estatutos da Associação Nacional das Assembleias Municipais, bem como o valor das quotas; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2017/2020; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2017;-----

PONTO CATROZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Pão da Saúde, Pão de Mistura e Paposecos para Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Sesmarias, Vale Pedras, Jardim de Infância de Albufeira e Jardim de Infância de Vale Carro, até ao limite de € 57.000,00, acrescido do IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Produtos Ultracongelados para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de € 65.000,00, acrescido do IVA;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público com Publicação no JOUE, para Fornecimento Contínuo de Refeições e Lanches Escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1,2,3 da Guia, JI de Ferreiras e JI de Vale Serves, até ao limite de € 620.000,00, acrescido do IVA;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público com Publicação no JOUE, para Fornecimento Contínuo de Frutas e Produtos Hortícolas para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Sesmarias, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, Jardim de Infância de Albufeira, Jardim de Infância de Vale Carro e EB1de Paderne e EB1 de Ferreiras, até ao limite de € 235.000,00, acrescido do IVA;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a Execução da Empreitada de "Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos em Zonas Pontuais do Concelho de Albufeira";-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público Internacional para a " Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Postes de Sinalética Direcional Publicitária no Concelho de Albufeira";-----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Mercearias para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de € 113.000,00, acrescido do IVA;-----



PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Peixe Congelado para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, Brejos e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de € 104.000,00, acrescido do IVA;-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo para alteração do Anexo I do Contrato de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Concelho de Albufeira, a Celebrar com a EDP Distribuição-Energia, S.A.;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Sofia Margarida do Rosário Oliveira (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Dias, de Paderne, Miguel Coelho, e das Ferreiras, Fernando Gregório. -----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelos membros Mário Gaspar e Joaquim Vieira foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Sofia Oliveira e Joaquim Dias, a membro Ana Pereira não solicitou a sua substituição.-----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, do Vice-Presidente, José Carlos Rolo, e dos Vereadores Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogério Neto.-----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de convidar o Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras e o Presidente da Assembleia de Freguesia para fazer parte da mesa. Antes de passarmos à ordem dos trabalhos, propriamente dita, e uma vez que estamos a inaugurar oficialmente as instalações da Assembleia de Freguesia de Ferreiras, gostava que o Senhor Presidente desse uma palavrinha porque esta, de facto, é a sua casa e, como tal, que seja o senhor a dar início aos trabalhos."-----

Presidente da Assembleia de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Ilustres Deputados da Assembleia Municipal, meus amigos, muito obrigado



pelo convite. É com alguma surpresa que me levanto para dar umas pequenas palavras mas devo dizer que esta é, de facto, a primeira Assembleia Municipal que se efetua nesta minha Junta de Freguesia. Devo dizer que esta casa foi inaugurada no dia vinte e cinco de Abril e, embora estivesse presente, não tive o prazer de manifestar o meu agradecimento nesse mesmo dia, publicamente. Estou a fazê-lo hoje muito grato e com prazer porque, sendo eu o Presidente da Assembleia de Freguesia, entendo que devo manifestar, não só pessoalmente como também em representação da minha freguesia e do povo de Ferreiras, ao Senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores e aos técnicos (também eles tiveram um trabalho preponderante na execução desta obra) o meu, o nosso obrigado pela obra que foi executada. Senhor Presidente está de parabéns, bem como os Vereadores e os seus técnicos! Muito obrigado pela presença, que espero que se repita muitas vezes. Esta obra foi, de facto, uma obra de iniciativa própria do Senhor Presidente da Câmara e espero e desejo que venham, com certeza, outras obras e estou na expectativa que isso aconteça o mais breve possível. Espero mais trabalho para as Ferreiras, mais obras, porque a Freguesia de Ferreiras é, na verdade, a segunda maior freguesia do Concelho: uma freguesia que ao longo destes vinte anos tem tido um desenvolvimento extraordinário, ainda mais porque está no coração de Albufeira. Assim, merece por parte da Autarquia, dos responsáveis, uma atenção redobrada, e espero que isso venha a acontecer no futuro, que se repita, digamos assim. Esta e outras obras mais virão. Acredito, Senhor Presidente, que irá levar isto em atenção. Muito obrigado a todos por terem escutado estas minhas palavras."-----

Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras: "Boa noite a todos. É, realmente, com imenso prazer que vos recebemos aqui no novo edifício administrativo da freguesia de Ferreiras. Aproveito para desejar que a Assembleia realize um bom trabalho hoje e sempre, como é habitual, e para dizer que é uma honra para nós receber-vos aqui nesta casa que é vossa, nesta casa que é de todos nós, que realmente foi concebida para esse efeito: para dar a possibilidade ao Município de ter melhor atendimento, para dar mais qualidade de vida a esta população e podermos dignificar os serviços públicos, que, por vezes, são criticados nesse sentido. É uma alegria para nós verificarmos que a Assembleia Municipal de Albufeira vem estrear as instalações, é um prazer e uma honra tê-los cá e desejar a todos bom trabalho e que este trabalho se reflita no crescimento deste concelho e desta freguesia. Muito obrigado."-----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras a disponibilidade na cedência das instalações bem como na articulação dos meios para que hoje fosse possível conseguirmos realizar esta Assembleia. Em nome da Assembleia Municipal, o nosso obrigado pela disponibilidade e pela colaboração que nos foi dada até ao momento e desde sempre durante todo o mandato."-----



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Andreia Guerreiro: "Boa noite. Tenho o meu educando no segundo ano de escolaridade na Escola de Vale Carro. Escolhi essa escola que fica um pouco distante da minha casa mas porque tem uma ludoteca que sempre funcionou no mês de Junho, praticamente o mês inteiro. Qual não foi o meu espanto quando, no ano passado, em dois mil e dezasseis, o ano lectivo terminou a nove de Junho e a ludoteca encerrou no mesmo dia, a nove de Junho. Os campos de férias da Câmara iniciaram só a quatro de Julho e terminaram antes do final do mês, a vinte e sete de Agosto. De nove de Junho até iniciarem os campos de férias que foi a quatro de Julho tive que pagar a um privado para ficar com o meu filho para eu e o meu marido podermos trabalhar. Estes campos de férias custam cerca de duzentos e cinquenta euros e a Câmara não nos deu outra hipótese: não tenho outra alternativa, sem ser os privados. Em Maio fizemos as inscrições para os cinco campos que nos colocaram à disposição mas no dia seis de Junho tive que pagar. Não tenho abonos e tive que pagar na totalidade os cinco campos que precisei para o meu filho: foram quatrocentos euros. Não nos dão hipótese de nós pagarmos faseadamente os quatrocentos euros, não nos deixam pagar por exemplo uma verba simbólica, como se fosse uma pré inscrição, vinte e cinco por cento ou aquilo que fosse - tivemos que pagar os quatrocentos euros na totalidade. No meu caso recebo o ordenado mínimo - na altura era quinhentos e trinta euros. Paguei quatrocentos euros (referentes a Julho e Agosto) no dia seis de Junho e o meu filho só iniciou no dia quatro de Julho. E qual não é o meu espanto que nem deixaram terminar o mês de Agosto. Perguntei porque não ficariam as crianças até ao dia trinta e um de Agosto e disseram-me, simplesmente, que o dia trinta e um de Agosto seria uma quarta-feira e não iriam iniciar uma outra semana de campo de férias uma vez que o mês terminava a uma quarta-feira. Então porque não acrescentamos mais dois dias de Setembro e aí temos mais uma semana? Não nos podemos esquecer que dizem que Albufeira é a Capital do Turismo mas estão a esquecer um bocadinho as nossas crianças. E nós, pais, temos que trabalhar. A minha pergunta este ano é a mesma: os campos vão iniciar de três de Julho a um de Setembro? Vou pagar na mesma os tais oitenta euros por campo de férias? Isto quer dizer que vou pagar novamente os quatrocentos euros. Já foi colocada lá a data em que tenho que pagar os quatrocentos euros: este ano vai ser a sete de Junho. Acho ridículo ir pagar na totalidade já. A minha pergunta é: e a ludoteca este ano vai funcionar até quando? E porque não abrir a ludoteca antes de o ano lectivo iniciar? É só, obrigada."-----

Filipe Rossa: " Boa noite a todos, ao Presidente de Câmara, ao Presidente da Mesa, aos Vereadores, aos Secretários. O meu nome é Filipe Rossa, sou primeiro secretário da Assembleia de Freguesia de Ferreiras, e muitas vezes colocam-me perguntas que eu coloco ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia às quais ele não sabe responder. Uma vez que venho aqui a esta Assembleia, que é aqui na nossa freguesia, coloco estas perguntas à mesa. A primeira pergunta é: como está a situação da passagem da



metadona daqui de Ferreiras para Albufeira? É uma questão que tenho colocado à mesa da Assembleia de Ferreiras ao longo de oito anos e ao longo desses oito anos continuamos sempre sem respostas. Muitas vezes a resposta é que está quase e esse “quase” já dura há oito anos. As pessoas que vivem na Estação estão muito preocupadas com isso, uma vez que é junto ou dentro do Centro de Saúde ou naquele posto que está lá e que fica junto à zona onde as crianças brincam. Torna-se um bocado desagradável o espetáculo que se vive ali de vez em quando (quando eles vêm cá tomar a metadona); outra questão é relativamente à Aldeia de Sanacai: na última vez que este projeto veio à baila aqui na Assembleia Municipal, senão me engano, ficou de se arranjar uma Comissão Partidária, ou seja, cada partido colocava um elemento que iria acompanhar esse projeto. Gostaria de saber se, porventura, essa Comissão já foi organizada, quem são os membros que vão integrar essa Comissão. Caso alguém venha fazer perguntas que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não saiba responder, eu tenha alguém a quem possa perguntar para dar resposta a essas pessoas que me fazem essas perguntas. Se não houver a Comissão feita, outra pergunta é: como é que pode um projeto avançar sem ter por trás, uma Comissão que vá acompanhar esse projecto, uma vez que eles já estão instalados lá no seu novo habitat? Obrigado.”-----

Maria Isabel Vasconcelos: “Boa noite a todos. Chamo-me Maria Isabel Vasconcelos, a minha morada principal não é em Albufeira, é em Oeiras. No entanto, venho para Albufeira há catorze anos e nos últimos nove comprei um apartamento T1 no “Condomínio Encosta da Orada”, que é na Rua José Ramos Pimenta, que tem cento e quarenta e oito apartamentos, que na sua larga maioria foram comprados por estrangeiros que, por sua vez, alugam a outros estrangeiros para virem passar férias, ou seja, o grande movimento daquele Condomínio é, de facto, feito por estrangeiros. Acontece que, quando saímos do portão do Condomínio e utilizamos a saída pelo Beco José Ramos Pimenta, a que eu vou chamar “rua” (é uma rua com cem metros ou talvez não tenha) e que não tem pavimento. Esta rua que se chama Beco José Ramos Pimenta é apenas um conjunto de crateras. Ainda agora lá passei quando vinha para aqui e a chover é pior porque as crateras ficam cheias de água. Acrescentava ainda duas coisas: toda aquela área, inclusive a saída da Rua José Ramos Pimenta para o lado da Marina, todas aquelas ruas, apesar de não estarem no estado - e peço desculpa pelo termo que vou utilizar mas não consigo encontrar outro - miserável em que está o Beco José Ramos Pimenta, todas aquelas ruas estão realmente extremamente degradadas. É uma zona muito utilizada por estrangeiros e as duas questões que eu deixo são estas: por um lado e para que tenham alguma noção do que é que eu estou a dizer eu, por um T1, pago quinhentos euros de IMI, há vários T1, mas há T2 e *Penthouses*, mesmo que façam as contas a quinhentos euros vezes cento e quarenta e oito apartamentos, é um número bastante grande, e eu pergunto se este valor não justifica o arranjo daquela rua. Para além daquilo a que temos direito, naturalmente, que são ruas condignas, que imagem estamos a dar aos estrangeiros que nos visitam e que dizem que Albufeira é o



coração do turismo? De facto isto não está em linha com essa Albufeira que nós pretendemos. Espero e peço, com esta minha intervenção, que realmente fique aqui a mensagem e a sensibilização aos Membros do Executivo da Câmara para que tenhamos preocupações não só com aqueles que pagam impostos muito elevados mas também com aqueles que nos visitam e que daqui deveriam levar uma outra imagem. Muito obrigada e boa noite."-----

Suzel Pimenta: "Boa noite a todos. Tenho uma série de questões, perguntas e interrogações para pôr ao Senhor Presidente. Como diz aqui a Dona Isabel, realmente a nossa cidade tem uma má imagem. Eu nunca vi as ruas de Albufeira tão desleixadas como tenho visto ultimamente: há ervas por tudo quanto é sítio, mato por limpar, buracos nas calçadas, estacionamento com falta de pavimento, com crateras enormes, vamos estacionar e os carros balançam por tudo quanto é sítio - para estragar as suspensões é uma maravilha. Além de todas estas situações de falta de limpeza, até mesmo à volta da Autarquia, no dia das Comemorações do 25 de Abril, para não atravessar no meio da fanfarra, dei uma volta ao Edifício da Câmara e o lixo e os buracos por lá também abundam. Outro ponto de vista que eu queria aqui chamar a atenção do Senhor Presidente é: o que é que o Executivo ou o Senhor Presidente já fez no sentido de pedir a desanexação da Freguesia dos Olhos de Água uma vez que todos os anos, na altura das Comemorações do 25 de Abril, se faz uma romagem à Freguesia dos Olhos de Água para hastear a bandeira e fazer as Comemorações como se lá existisse uma freguesia. Eu não estou contra a existência de uns serviços administrativos lá para prestar assistência e para prestar serviços aos munícipes da zona, acho muito bem os serviços de proximidade, que os munícipes merecem. Agora, estamos a fazer uma festa de fachada numa freguesia que já não existe e, daquilo que sei, o executivo aceitou, de boa vontade, ou talvez contrariado, mas aceitou, a anexação da freguesia. Se estão contra a anexação da freguesia, já deviam ter feito alguma coisa para pressionar as entidades superiores para que aquela freguesia fosse desanexada. No parecer da CDU, as freguesias deviam de ser entregues às populações, deviam de ser devolvidas às populações, e acho que a freguesia dos Olhos de Água, realmente, merece que seja pedida a sua desanexação. Gostaria de saber o que é que realmente já foi feito nesse sentido. É só. Boa noite, obrigada."-----

Rui Canário: "Boa noite a todos. O meu nome é Rui Canário e sou morador no sítio do Poço das Canas. Há um ano atrás, no início de Maio, fizeram um buraco para passar uma conduta de água entre o Algarve Shopping e a Malhada Velha. Certo é que, passado um ano, os buracos continuam lá. Por diversas vezes, a minha mulher e eu abordámos o Senhor Fernando Gregório acerca desse problema. O Senhor Fernando Gregório constantemente dá-nos desculpas onde me acusa de ser stressado porque não tenho "razão para estar a reclamar". Aquilo é uma vergonha! No Poço da Canas passam diariamente ambulâncias do INEM, da Cruz Vermelha, em velocidade elevada em emergência, levantando uma nuvem de pó e atravessando uma curva bastante fechada,



onde não há visibilidade. Para passarmos lá, se formos das Ferreiras em direção ao Gigagarden, ao Poço das Canas, somos obrigados a ir em contramão para não passar dentro dos buracos. Acho que, passado um ano, já há tempo suficiente para fazer a reparação daquela estrada, uma vez que, não tendo nada contra as outras localidades aqui das Ferreiras, há várias ruas que foram alcatroadas aqui e acho que não tinham a prioridade que tem o Poço das Canas neste momento. Outra questão é quando o Poço das Canas é dividido em duas freguesias entre Guia e Ferreiras. Havia um único código postal para as duas freguesias. A minha família que está do lado da freguesia da Guia mexeu-se para, uma vez que estão na freguesia da Guia, haver uma divisão entre freguesia da Guia e Ferreiras e criaram um código postal novo para a divisão de ambas as freguesias. Certo é que, neste momento, o código postal oito mil e duzentos cinco seis quatro, da Estrada Nacional 125, Poço das Canas, freguesia de Ferreiras, acabou. Já falei com o Senhor Fernando Gregório acerca deste problema e ele disse-me que iria falar com os Correios mas nada disso foi feito. Fui fazer o Cartão de Cidadão e, neste momento, a minha morada é Estrada Nacional 125. Obrigado."-----

Pedro Bailote: "Boa noite. Venho representar a nova Associação de Moradores das Ferreiras e venho também aqui a esta Assembleia - e aproveitar para dar os parabéns ao Sr. Fernando, à Câmara Municipal pelas novas instalações que eram absolutamente necessárias aqui para as nossas Ferreiras - para, em articulação com as entidades aqui representadas, podermos, de alguma forma, dar uma ajuda e levar às Assembleias os casos que as pessoas mais urgentemente relatam na nossa plataforma cívica no Facebook. Ultimamente falou-se e tiraram fotografias que postaram lá do Poço das Canas. A situação que este senhor referiu foi uma das situações referidas e que eu peço, realmente, alguma atenção especial porque aquilo que ele referiu é, efetivamente, a realidade. Eu próprio também passo lá e muita gente passa lá. Há que ter em atenção que a Avenida 25 de Abril e a estrada que se dirige a Silves, em paralelo com a 125, está a ser utilizada, como é de conhecimento de todos, como alternativa à 125, especialmente devido às obras que reiniciaram na 125. Quer a velocidade que é utilizada nesta estrada devido às retas longas, quer em alternativa, as pessoas circularem de uma estada para a outra, não só o Poço das Canas, outras estradas que estão no enfiamento, são de urgente necessidade serem reparadas ou não havendo orçamento para já, darem ali uma reparação provisória para que não haja contramão, para que não haja acidentes e que não haja danificação das viaturas. Esta situação foi relatada na nossa plataforma. A segunda, talvez mais falada, foi também sobre os caixotes do lixo. Os serviços de recolha de lixo, segundo as imagens que vi, parece-me não estarem nas melhores condições. Peço uma especial atenção também a isso e uma resposta acerca do que é que está a ser feito e qual é o ponto da situação relativamente a este assunto e o Poço das Canas. Outro que até poria em primeiro lugar, é o dos transportes públicos aqui nas Ferreiras. Já falámos nisso várias vezes, já ouvi falar que se está a tentar resolver o problema, também me pareceu que há aí



algumas dificuldades na resolução do problema. Como representante da Associação de Moradores das Ferreiras venho recolher respostas a estes três pontos de forma a podermos também partilhar essas respostas e levar essas respostas às pessoas. Mais uma vez, muito obrigado e mais uma vez, parabéns pelas instalações. Espero que seja o início de muitas obras aqui nas Ferreiras e que seja a primeira imagem que as pessoas possam ver e ter esperança relativamente a esta terra, que, apesar de pequena e apesar de distante de Albufeira, que isto possa encurtar essa distância e que seja o início de muitas obras. Muito obrigado."-----

Miguel Coelho: "Boa noite a todos. Eu venho aqui voltar a fazer a pergunta que fiz há dois meses atrás: qual a fundamentação que esta Câmara adoptou para poder autorizar uma discoteca num edifício residencial. Esta situação preocupa-nos, afeta a nossa saúde... Há seis meses que ando a falar sobre esta matéria, esta é a quarta Assembleia, não sei a quantas mais terei de vir, e gostava de vos dar uma ajuda: o estudo que foi utilizado para definir o campo sonoro no interior da discoteca devia ter cumprido o que está previsto na regulamentação, ou seja, teria que ter sido feito por uma empresa certificada. Nesse relatório não há qualquer referência a que estejam a ser adoptadas práticas de certificação; mais outra ajuda, outra achega: também não entendo, quando o vosso regulamento determina que devem ser feitas medições acústicas o mais perto possível da fonte produtora de ruído, porque é que esta Câmara aceitou um relatório pago pela empresário, feito num primeiro andar, quando a fonte próxima do ruído é no rés-do-chão e que determinou noventa e dois decibéis. Porque é que eu tenho que levar com noventa e dois decibéis daquela discoteca? Mas porquê? Porquê esta cruz? Sendo este um órgão de soberania de fiscalização da Câmara, porque é que continua inoperante? Esta é a minha pergunta e isto preocupa-me bastante."-----

Presidente da Câmara: "Está aqui uma panóplia de questões: há aqui algo que eu considero chamadas de atenção e que estas questões terão que ser vistas, designadamente as levantadas pela Senhora Andreia Guerreiro. Tomei nota daquilo que disse, são questões que têm a ver com os serviços, têm a ver com a disponibilidade de recursos humanos, têm a ver com muita coisa e, portanto, não estou apto a dar respostas neste momento mas tomei nota de todas as questões: período de abertura, período de encerramento, a questão do pagamento todo de uma vez. Mas nisto também há uma série de questões legais e nós temos que respeitar a lei. Se inscreveu agora também já pode começar a fazer o pé-de-meia até essa data e já vai fraccionando o pagamento ao longo dos meses. Estou a dar esta resposta em tom um bocado irónico mas, como digo, não estou apto a dar uma resposta concreta. Os serviços vão ter que se pronunciar sobre essas matérias que levantou e depois dar-lhe-emos os esclarecimentos."-----

O senhor Filipe Rossa põe aqui a questão da metadona. Isso também não depende exclusivamente de nós, também depende do Ministério da Saúde, e, portanto, nós



estamos em cooperação com eles no sentido de resolver a questão, mas se me perguntar uma data, eu não lhe sei responder neste momento. Quanto à Comissão de Acompanhamento da Aldeia de Sanacai, que eu saiba não foi criada ainda a Comissão de Acompanhamento, mas já lá estão e permita-me que não possa concordar. Embora concorde que seja criada a Comissão de Acompanhamento, o projeto tem a envolvimento das autoridades, desde a Segurança Social, que está a acompanhar todo o processo, e a instituição Santa Casa da Misericórdia. Portanto, nós, Município, também vamos participar, naturalmente, na resolução e no acompanhamento com os nossos serviços da Acção Social, ou seja, vai ser acompanhado, está a ser acompanhado, e iremos ver o resultado. Agora a Comissão de Acompanhamento faz todo o sentido e eu penso que deverá ser, de facto, constituída para fazer o acompanhamento. -----

Quanto à Dona Maria Isabel Vasconcelos, da Encosta da Orada, a questões de ruas e pavimentos, etc., é uma questão que nós temos absoluta consciência e estamos a investir fortemente em estradas, caminhos e arruamentos. Só que tivemos muitos anos sem investir e, portanto, é natural que o concelho esteja muito degradado, e está muito degradado, nós temos consciência disso. Só para ter uma noção, vai daqui pouco ser votado um reforço só para estradas e caminhos de seis milhões e quinhentos mil euros. Já temos, neste momento, em andamento a reparação de muitas estradas e caminhos, temos concursos a decorrer para arranjos de estradas e caminhos, e esta Assembleia irá decidir mais um reforço de seis milhões e quinhentos mil euros só para estradas e caminhos. Se me falar aqui prioridades, que um devia de ser feito primeiro que o outro, digo que já ouvi isso quinhentas vezes porque toda a gente acha que arranjam aquele e deviam ter arranjado o outro mas quem beneficiou acha que foi bem aquele que foi arranjado. Há uma coisa de que tenho consciência é que não consigo fazer tudo ao mesmo tempo mas estamos a fazer um esforço enormíssimo e temos consciência absoluta de que Albufeira precisa de muito investimento nessa matéria. Temos estado a fazê-lo e vamos continuar a fazê-lo. Neste momento não posso dizer que vamos fazer tudo ao mesmo tempo, não posso dizer que conseguimos fazer tudo este ano, mas, se calhar, este ano e para o próximo ano e mais dois anos e estará tudo realizado, conforme é devido à população de Albufeira e ao nosso concelho naturalmente. -----

Suzel Pimenta, eu pegava aqui numa frase sua da qual, se me permite, discordo em absoluto: "Albufeira tem uma má imagem". Isso não é verdade! Albufeira tem uma boa imagem. Agora, que não funciona tudo a cem por cento, lá isso é verdade. E também não funciona tudo a cem por cento, e na parte da recolha do lixo, até pelo sucesso precisamente do contrário do que a senhora diz: é o sucesso de Albufeira a funcionar. Albufeira tem vindo a crescer, a crescer desde dois mil e quinze, de uma forma imensa em termos turísticos. Portanto, aquilo que nós hoje temos, como algumas deficiências de recolha de lixo, é verdade, mas também é verdade que tivemos os recordes absolutos de sempre em dois mil e dezasseis de recolha de lixo em tonelagem.



Significa que o sucesso de Albufeira resulta de uma boa imagem que Albufeira tem. Naturalmente que tem algumas deficiências, eu sou o primeiro a vê-las, mas também resulta, muitas vezes, de falta de civismo das pessoas. Ainda há poucos dias estive a dar umas voltas aqui por uma série de estradas e caminhos onde vi todo o género de coisas enormes, desde colchões, sofás, atirados ali a belo prazer. Isso é uma falta de civismo enormíssima das pessoas, que isso não se faz. Portanto, é verdade que os serviços podem estar melhores, e vão estar melhores, nós estamos muito atentos a isso. Aliás, estamos neste momento a fazer um estudo no sentido de fazermos um reforço porque, dado o sucesso de Albufeira, precisamente o contrário da má imagem que a senhora disse, temos que reforçar a recolha de lixo e as limpezas. Estamos a estudar a forma de o pudermos fazer para este ano e para o ano que vem (para dois mil e dezassete e dois mil e dezoito) que é quando termina o contrato da Ecoambiente. Vamos tentar reforçar no sentido de que as coisas possam correr melhor, mas, eu repito, Albufeira tem uma boa imagem, e eu recolho-a de todo o lado, e a prova está no grande sucesso que estamos a ter em termos turísticos. Este ano também há uma grande expectativa: os hotéis estão todos com as reservas feitas e ainda há grandes investimentos a quererem ser feitos em Albufeira, desde a recuperação do Hotel Montechoro ao Hotel W de cinco estrelas na zona da Galé. Portanto, Albufeira tem um grande sucesso. Evidentemente que temos que melhorar e temos que ser exigentes, aí concordo consigo, cada vez mais exigentes connosco próprios, no sentido de dar um melhor serviço, mas que somos um concelho de sucesso não tenho a mínima dúvida sobre isso. Quanto aos Olhos de Água, em Albufeira ninguém gostou disso e não nos cabe a nós, não tivemos força quando ela foi agregada com Albufeira, como não temos força agora. Não nos cabe a nós ter essa força administrativa. Isso serão os partidos lá em cima que terão que se entender naquilo que deverão fazer novamente em relação às freguesias. E não se coloca só a freguesia de Olhos de Água porque, seguramente, haverá outras freguesias onde a questão se coloca. Não digo em todas aquelas que foram agregadas, mas também não me vou prencuniar sobre outros concelhos que eu não conheço, não faço a mínima ideia, designadamente no Norte. Lembro-me que havia um concelho que, sozinho, tinha mais freguesias que o Algarve inteiro. Portanto, se calhar, havia alguns excessos e havia outras onde isso não se devia verificar. A Freguesia dos Olhos de Água, à semelhança das Ferreiras, foi criada há vinte anos. Não é nada que resulte ainda do tempo em que fizeram as freguesias como resultado da extinção das Paróquias que existiam na altura. Portanto, há realidades muito diferentes e isso tem que ser ajuizado muito bem porque é o poder legislativo, e o PCP também tem lá os seus representantes como o PS, o PSD e o CDS, e os Verdes, que terá que ver como é que terá que ser vista a Lei. Nós aqui sempre manifestámos em conjunto que não concordámos com o que aconteceu, não tenho a mínima dúvida quanto a essa matéria. -----



Quanto ao Rui Canário, a estrada do Poço das Canas teve um problema (penso que é esta) de falência da empresa que esteve lá e nós estivemos a fazer os procedimentos necessários a decretar a resolução do contrato. Tem que se fazer com uma série de formalismos e há prazos a decorrer. Penso que estamos em condições de fazer a resolução do contrato para lançar novo procedimento para se concluir aquela estrada. Portanto, temos consciência absoluta do que se está a passar mas não podemos fazer as coisas automaticamente. Isto tudo tem prazos legais e leva tudo muito tempo porque a máquina administrativa ainda tem um peso muito grande, independentemente de que se diga que há uma grande simplificação. Mas estamos em cima do acontecimento. -----

O Pedro Bailote também referiu a questão do Poço das Canas e a recolha de lixo e já me prenciei quanto a isso. A questão dos transportes públicos das Ferreiras é que os transportes foram sempre considerados como transportes urbanos. De facto, em relação aqui as Ferreiras, isto poderá ser melhorado, terá que ser objeto de revisão contratual... Vamos ver o que se pode fazer nessas matérias mas, por enquanto, vamos continuar como estamos com os transportes em sintonia o mais que possível com os horários dos comboios e é o que temos neste momento. Vamos rever, estamos conscientes disso. Não há só a questão e a pretensão das Ferreiras, há outras freguesias também com essa pretensão mas isso já significa transportes interurbanos e, portanto, vamos ter que estudar isso tudo em conjunto em relação ao nosso concelho. -----

Quanto ao senhor Miguel Coelho, acho que está cheio de razão. Na altura em que o senhor aqui veio colocar as primeiras questões sobre isto, eu comuniquei aos serviços e os serviços reagiram e informaram-me que foram feitas lá umas medições. Já tenho noção porque já houve mais alguém que me alertou recentemente para a questão da avaliação do ruído ter sido feita, não no ponto mais próximo do emissor, mas no ponto mais longe. Isso irá seguramente ser corrigido porque os nossos serviços também têm de desencadear uma série de mecanismos para fazerem as coisas. Quanto à questão de a entidade que fez essa não ser certificada, eu não tinha consciência disso mas, seguramente, isto vai ter uma solução, vai ter que ter uma solução porque eu considero, e é de considerar, inadmissível uma discoteca. Licença de discoteca acho que não tem, pelo menos a ideia que eu tenho é que é só licença de bar. Se fazem lá barulho, já me foi até mostrada uma filmagem durante o próprio dia onde, na varanda de um apartamento se ouvia bastante ruído. Portanto, se o senhor é abusador, vamos ter que ver e, provavelmente, tomar medidas restritivas sobre isso. É o que eu tinha a dizer."-----

Fernando Gregório: "Em relação aqui à questão que o senhor Rui Canário colocou em relação ao Poço das Canas, o Presidente da Câmara já respondeu mas, se calhar, é melhor acrescentar mais alguma coisa. É uma preocupação de todos nós, é verdade, como foi dito, o problema da falência da empresa, que veio atrasar aquela obra mas



ainda na segunda-feira falei com os serviços relativamente ao início da obra. O processo está em fase de conclusão e aquilo que me disseram é que, dentro em breve, talvez daqui a uns quinze, vinte dias, isto entra em obra. Portanto, temos tido muita paciência, têm tido muita paciência lá na zona mas também é uma boa notícia. Já esperaram tanto tempo e quando os serviços técnicos da Câmara Municipal me dizem que talvez daqui a quinze ou vinte dias se dará o início das obras, é realmente para ficarmos satisfeitos porque vamos deixar de ter aquela cruz ao passar ali todos os dias e as pessoas residentes na zona deixarão de apanhar com o pó no Verão e com a lama no Inverno e terão mais segurança ao passarem por aquela via, porque é realmente uma via com imenso trânsito, é realmente uma escapatória e uma alternativa à 125, isso é um facto. Por isso também estive com o Senhor Vice-Presidente da Câmara em relação a este assunto e as coisas estão à andar e, graças a Deus, se daqui a quinze, vinte dias, a obra começar, para nós é grande uma satisfação porque é uma zona onde mora muita gente e passa muita gente por lá."-----

Presidente da Assembleia: "Como a Assembleia Municipal também foi interpelada relativamente a duas questões, Filipe Rossa, nós, de facto, na Assembleia Municipal temos a Comissão, mas a Comissão de Acompanhamento não era uma Comissão de Acompanhamento à instalação, era uma Comissão de Acompanhamento à Comunidade para saber o que é que estava a ser feito e como é que ia ser feita a integração dessa Comunidade nos vários projetos sociais. Não era uma Comissão que visasse fiscalizar a instalação das pessoas desta comunidade, do Projeto Sanacai, neste novo espaço para onde foram, mas sim de acompanhamento à integração social dessas pessoas. Portanto, não havia aqui uma sobreposição, nem há um olhar da Assembleia Municipal relativamente a este projecto, é uma responsabilidade dos partidos políticos. Quando se entender que deverão reunir relativamente a esta questão, o trabalho da Comissão começa, não era até agora mas começa agora porque é a Comissão de Acompanhamento: saber quais são os projectos de reinserção social que vão ser projetados e fazer o acompanhamento. Mas é só visa uma fiscalização, um acompanhamento para que depois a Assembleia possa ter conhecimento porque os poderes para as questões sociais propriamente ditas caberão aos serviços sociais da Câmara e da Segurança Social, que têm a competência nesta área. Nós temos a competência de fiscalizar para saber sobre a integração destas pessoas, para que a Assembleia Municipal possa saber. Tudo o mais não compete a esta Assembleia Municipal a responsabilidade daquele projecto, isso é uma competência da Câmara Municipal e dos Serviços da Segurança Social. ----- O senhor Miguel Coelho, de facto, já veio algumas vezes a esta Assembleia Municipal mas eu não posso aceitar a crítica que o senhor fez, dizendo que a Assembleia Municipal continua inoperante. O "continua" significa que já o era no passado. O senhor tem feito interpelações à Câmara Municipal relativamente à questão do licenciamento. Nós questionámos a Câmara Municipal - obviamente os serviços têm que fazer o seu trabalho - para que a Câmara Municipal nos responda e o senhor traz hoje dois



elementos novos: pela primeira vez, foi a questão da certificação da empresa e, se não me falha a memória, foi a primeira vez que o senhor mencionou essa questão, bem como a questão da medição do ruído não ter sido feita no ponto mais próximo da fonte mas sim num ponto afastado. Portanto, digo-lhe que a Assembleia Municipal não está inoperante, fez os ofícios correspondentes à Câmara Municipal, aguarda um outro esclarecimento. Hoje, por mero acaso, recebemos uma resposta e, relativamente a estas duas informações que o senhor traz, iremos questionar a Câmara Municipal e, a seu tempo, a Câmara Municipal também nos trará a resposta. Assim que seja passível de informação suficiente da nossa parte, o senhor também terá a correspondente informação por parte dos serviços da Assembleia Municipal.”-----

Andreia Guerreiro: “Relativamente ao Senhor Presidente ter dito para fazer um pezinho-de-meia, eu vou lembrar que vai fazer um ano no dia vinte e três de Julho que eu recebi a carta da Câmara a dizer que a minha casa possivelmente iria ser demolida. Vamos colocar assim nestes termos: eu não consigo fazer pé-de-meia porque eu ganho o ordenado mínimo, o meu marido só trabalha oito meses por ano, nós temos um filho e eu pago todos os meses ao advogado cerca de cem euros por mês para ver se a minha casa não vai ser demolida e este mês já tive que pagar IMI, mas continuo a pagar todos os meus seguros, o meu empréstimo, durante quarenta anos tenho que o pagar, e o IMI, porque o IMI também não nos foi descontado, certo? Então, eu pergunto como é que eu vou fazer poupança para pagar quatrocentos euros, assim de rompante, para colocar o meu filho nos campos de férias. É que não é só quatrocentos euros: são os quatrocentos euros à Câmara e depois aos privados para o antes e o depois. Não é fácil ganhar o ordenado mínimo e fazer poupanças, ainda mais quando há estes casos de Tribunais e Câmara pelo meio. Obrigada.”-----

Rui Canário: “Em relação à morada do Poço das Canas, o código postal oito mil e duzentos, cinco, seis, quatro, terminou. O Poço das Canas, neste momento, é oito mil e duzentos quatrocentos e seis, Guia. Como é que eu posso resolver essa situação? Quando fui renovar o cartão de cidadão disseram que eu tinha que ir à Câmara, que a Câmara é que resolvia.”-----

Vereador Rogério Neto: “ Não é a Câmara que tem competência dos códigos postais. A Câmara tem competência da toponímia: atribuição de nomes e número de polícia. O código postal é da competência dos CTT.”-----

Presidente da Câmara: “ O que tem que fazer é chamar à atenção os Correios, sobre essa matéria, isso não é competência da Câmara, tem que chamar à atenção, temos que pedir para que corrijam.”-----

Rui Canário: “Na semana passada, quando fui fazer o cartão a senhora disse para ir à Câmara, a senhora onde se faz o cartão de cidadão, mandou para a Câmara.”-----

Presidente da Câmara: “ Nós vamos ver o que é que se pode fazer quanto a isso, agora a senhora informou o mal porque isso não é uma competência da Câmara.”-----



Miguel Coelho: "O que eu quero dizer é muito simples: eu quero dizer-vos que acredito na Câmara, acredito na Assembleia. Eu sei que isto vai ter uma solução. Os elementos que eu disse há pouco, o senhor Presidente da Mesa, considerou como não viáveis. Eu não tenho que ter conhecimento do estudo de medição acústica feito por um empresário e entregue num processo na Câmara; eu não sou polícia, não sou fiscal, isso é um trabalho para vós. Só dei uma informação porque me custa ter conhecimento por meios provenientes da Marina de Albufeira, do administrador João Amaral, que me deu cópia desse relatório, e custa-me verificar que o relatório não está validado, no âmbito da certificação, e que a fonte de ruído não foi considerada a mais próxima, as medições acústicas não foram feitas no imóvel mais perto da fonte de ruído. Portanto, quero agradecer-vos, acredito em vós, acredito na Câmara, a Câmara inclusivamente em Janeiro mandou uma carta para mim a solicitar autorização para serem feitas medições acústicas para que fosse cumprida a vossa regulamentação. Embora o meu imóvel seja no segundo andar, consegui autorização de um dos reclamantes, que é precisamente no rés-do-chão, para que sejam feitas as medições. O que é pedido é que os serviços da Câmara façam as medições. Boa noite, muito obrigado."-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Cândido Reigado: "Quero trazer aqui umas questões a esta reunião. Em primeiro lugar, a questão apresentada pela senhora Isabel Vasconcelos... De facto aquelas ruas estão em péssimo estado e como essas há muitas mais. Espero que neste plano que a Câmara tem de arranjar diversos caminhos, não se esqueçam também dos Olhos de Água, e já é a terceira vez que eu levanto este problema aqui na Assembleia Municipal, principalmente aquele caminho que vai das Açoteias, chamado caminho de Vale Carro, a estrada que vai depois para a Patã. Outra questão que nós queremos colocar aqui é a seguinte: na Galé, ou seja Galé Oeste, há dois terrenos, com vedação, rede. Um deles tem lá uma placa a dizer "vende-se". Nós gostávamos de saber se o Senhor Presidente tem alguma informação sobre aqueles terrenos, se aquilo estará destinado a construção ou não, porque achamos que aquilo está a menos de quinhentos metros, mas muito menos de quinhentos metros da Orla Costeira, que seria proibido, pensamos nós, haver ali qualquer construção. Gostávamos de saber se, realmente, aquilo está destinado ou não a alguma construção, e posso adiantar já que, se realmente estiver, é um atentado à Natureza. O Senhor Presidente depois dirá se tem alguma informação sobre isso. Outra questão é: naquele parque de estacionamento nos Olhos de Água, em frente ao Pinóquio, paralelo à Rua 25 de Abril, foi colocado há pouco tempo sentido proibido, ou seja, quem entra no parque não pode sair para a parte de cima, tem que ir ao fundo do parque e sair diretamente para a Rua 25 de Abril, e seria muito mais fácil sair pela parte de cima. Eu, pessoalmente, não vejo qualquer inconveniente em que saísse junto à rotunda e entrasse na rua, ou virasse à direita, conforme a pessoa entendesse. Outra questão: nós estivemos reunidos no dia 3 de Abril com o Deputado do PCP, Paulo Sá, junto ao Centro de Saúde de Albufeira. Foram levantadas várias



questões mas eu só vou repetir uma, que é a falta de iluminação. Já naquela altura não havia luz eléctrica, continua a não haver. Nós passámos por lá há pouco mais de uma hora e à volta do Centro de Saúde está tudo completamente às escuras, todos aqueles candeeiros estão apagados e aquilo carece de uma resolução, de facto, urgente. E é tudo."-----

Carlos Fernandes: "Boa noite a todos. Em primeiro lugar, gostaria de felicitar também o Presidente da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Junta e o executivo, por estas instalações. O assunto que eu quero aqui apresenta, tem a ver com o pontão da Praia dos Pescadores. Como é do conhecimento geral há cerca de dois ou três anos o mar destruiu a parte frontal do pontão e lançou os destroços todos para o mar. Estes destroços foram removidos, só que ficaram expostas no fundo do mar pontas de ferro com cerca de mais de um metro de comprimento. Neste momento encontram-se presas à estrutura que está debaixo da areia. O que é que acontece em situações de marés vivas, como é o caso de hoje? Eu tive a oportunidade de constatar isso de manhã. Na baixa-mar essas pontas de ferro ficam totalmente a descoberto, o que leva a pensar que em marés baixas e durante a época banhar, qualquer pessoa que ali vai mergulhar pode ferir-se, e seriamente, naquelas pontas de ferro. Eu sei que isto não é da competência da Câmara Municipal mas, se calhar, a Câmara Municipal deveria alertar a autoridade competente para o efeito, porque, realmente, a Praia de Albufeira é uma praia que tem uma imagem muito boa, e que levou anos a construir, e que por um episódio único podemos estragar essa bela imagem. Por acaso tirei fotografias, tenho aqui no meu telemóvel. São pontas enormes, ficam completamente a descoberto com a maré vazia."-----

Presidente da Assembleia: "Vou-lhe pedir que faça chegar essas fotografias à Assembleia Municipal para depois remetermos à Câmara Municipal para que as faça chegar às entidades competentes."-----

José Pimenta: "Eu tenho duas questões para pôr ao Senhor Presidente da Assembleia e depois tenho algumas para pôr ao Senhor Presidente da Câmara. Ao Senhor Presidente da Câmara eu gostaria de dizer que a imagem que Albufeira tem, nalguns sítios, não é muito favorável: a Avenida dos Descobrimentos não é só Albufeira e depois tem outras zonas que estão um bocado desleixadas. Tenho fotografias que posso mostrar ao Senhor Presidente e estou disponível para ir com o Senhor Presidente mostrar algumas coisas em relação a Albufeira: o caso das calçadas, o caso dos passeios, falta de calçada, não há praticamente uma rua que não tenha falta de calçada. Isto é verdade, a nível de pavimentos, em vários sítios, começando pela Praceta das Flores. Parece que caíram granadas lá. Felizmente não caem granadas lá, mas parece que caíram granadas. Quem esteve na tropa sabe mais ou menos o que isso é; o caso da Rua do Município, o estacionamento na Rua do Município, a rua paralela à Avenida dos Descobrimentos, perto da Rotunda das Minhocas, a Rua dos Tordos, e podia enumerar mais algumas, e vou dizer uma coisa em relação aos arbustos e à falta de limpeza na



Rua da Palmeira. Há uma zona que é dúbia, que eu ainda não percebi se é da responsabilidade da Ecoambiente ou é da responsabilidade da Câmara. Certo é que havia seis ou sete medronheiros que estavam lá. Acontece que eles morreram com sede, coitados. O que acontece com a chuva? Nasceram ervas, Senhor Presidente. As ervas dão-me pela cintura. Na Rua da Oliveira, acontece o mesmo. Não há muito tempo que na Rua da Oliveira malvas mais altas do que eu foram retiradas. Por isso há situações em que os moradores não têm boa imagem de determinados sítios, é o que eu digo. Albufeira não é só as zonas têm mais limpeza; há outras zonas que carecem de limpeza também. Essa é a grande verdade, pelo menos no meu ponto de vista. E é bom que Albufeira tenha uma boa imagem, todos nós queremos isso, quem é que não quer boa imagem para Albufeira? Toda a gente quer que haja mais emprego, mais trabalho para os Municípes, é isso que nós queremos. Mas há zonas em que a limpeza está um bocado desleixada e eu estou disponível para mostrar. O caso do barranco paralelo à Avenida dos Descobrimentos continua igual. O Senhor Presidente disse que estava concluído mas continua o que eu disse: as águas, um mês depois das chuvas, continuavam lá e estavam verdes. Tenho fotografias e entrego ao Senhor Presidente. Por isso há determinadas coisas que os visitantes e aqueles que vivem em Albufeira veem, por isso muitas vezes as coisas não são tão fáceis como isso. Vai haver mais turismo? É bom que haja mais turismo mas temos que ter mais atenção a essas coisas. O meu camarada Cândido Reigado já falou aqui na situação da falta de iluminação. Tenho aqui um documento que vou ler (procedeu à leitura do Doc. 1, anexo a esta ata). Quero dizer também que o nosso Deputado fez perguntas ao governo como é natural. Eu queria reportar-me aqui ao dia catorze de Março de dois mil e dezassete. Queria dizer já que a pergunta não tem outro sentido senão o esclarecimento aos Membros da Assembleia e, particularmente, a nós da CDU. A convocatória do dia catorze de Março de dois mil e dezassete teve seis pontos: uma convocatória e um aditamento que foram assinados pelo Senhor Vítor Vieira, por impedimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. No ponto cinco da alteração do caminho de declaração de interesse público municipal, caminho do Cotovio, pedido pela empresa Pospelov, o Senhor Presidente saiu da sala. Nós gostaríamos de saber qual é a ligação, se é que há, entre o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Pospelov. Segunda pergunta: na reunião do dia vinte e dois de Fevereiro de dois mil e dezassete, na Assembleia Ordinária, ponto três, "Concurso para Concessão, Construção e Exploração do Crematório de Albufeira", aquando da discussão deste ponto, e quando foi referido que o anterior concurso foi impugnado pela empresa, foi dito, pelo Senhor Presidente, que enviaria a documentação para todos os Membros da Assembleia Municipal. Passado este tempo, eu gostaria de saber porque é que não foram enviados os documentos para os Membros da Assembleia Municipal."-----

Domingos Coelho: "Boa noite. Gostaria de aqui dar nota de que, felizmente ou infelizmente, após quase dez anos, a escavação arqueológica em frente da antiga



Câmara, e do antigo Hospital, está quase em vias de conclusão, ainda que a solução encontrada, do ponto de vista da sua arquitectura, não me agrada, mas isso é a parte mais subjetiva. Para além disso, do ponto de vista arqueológico, penso que foi uma opção minimalista porque havia outro espólio que podia ter sido integrado naquele espaço que está agora a ser trabalhado. Gostaria, já agora, de levantar uma questão que tem a ver com aquele espaço abrangente que começa na Praça da República e vai pela Rua Henrique Calado, de uma forma geral, aquilo é chamado de Cerro da Vila. Penso que, já que aquela parte arqueológica está melhor assim do que abandonada, possa ser um ponto de partida para a requalificação de toda aquela zona. Penso que é um ponto da cidade que está esquecido, abandonado, e talvez seja, penso eu, o ponto forte da cidade. Senão, vejamos: quase todas as cidades têm os seus centros históricos vitalizados e digamos que ao serviço, eu diria numa forma simples, da economia. Temos o caso de Silves com a Feira Medieval, Castro Marim, o centro de Faro reabilitado com a restauração, Olhão e Tavira. E Albufeira tem todo aquele morro da vila, o Cerro da Vila, que é no fundo o casco mais antigo da cidade, completamente esquecido. É óbvio que isso não tem só a ver com o executivo, tem a ver também aqui como o nosso empresariado, que não tem apostado naquela zona. E referindo só, concretamente, a Praça da República, levanto mais uma vez a questão daquele barracão que está encostado ao Hotel Sol e Mar, que neste momento não é mais do que um caixote de lixo. Diríamos que toda aquela zona, e que segundo o projecto Polis, eu volto a bater nisto, era um quiosque... Penso que enriquecia todo aquele espaço que hoje está transformado num caixote de lixo. E basta ver o rasto que os caixotes do lixo deixam do Sol e Mar até àquele ponto de recolha, e é o centro da cidade. Depois temos o quintal da Câmara, que foi objecto de uma primeira intervenção arqueológica e foi, de alguma forma, abandonado. Sei que há um Plano, um projeto na Câmara, mas tendo em conta as verbas disponíveis que existem, não se percebe porque é que o projeto não avança. Se olharmos para o edifício do antigo Hospital, toda aquela rua está completamente abandonada: casas em ruínas, os telhados caídos, todo o espaço que vai até a porta norte está absolutamente em ruínas. É óbvio que a responsabilidade, penso que também é da Câmara. Só aqui uma nota: a requalificação, ou a qualidade da requalificação ou a falta dela que se nota aqui nas edificações da cidade, por exemplo, ainda há pouco foi feita ou renovada a calçada e a escadaria ao lado da Igreja Matriz. À entrada, do lado de quem desce, havia dois marcos, dois pilares em pedra, bem altos, que eram, penso, monumentos arquitetónicos da praça - arquitetura popular - e que desapareceram. Quer dizer: faz-se novo e joga-se fora o que é antigo. Eu vejo algumas cidades em que se consegue requalificar e mantendo-se a traça tradicional e penso que aí é que está o valor da coisa: é tornar as coisas mais funcionais mas mantendo aquilo que é a nossa tradição. Por exemplo, outra situação: aquando do Polis, os velhos candeeiros foram alguns deles retirados daquela zona histórica e não percebo porquê. Ou todos ou nenhuns! Está agora uma mistura de novos e velhos, digamos assim, quando



os ditos velhos tinham muito mais qualidade. E também faço uma pergunta: porque é que os que foram retirados não são colocados nem que seja noutra área? Ou, então, no seu antigo lugar? A questão é uma questão de sensibilidade, de qualidade, não é só "assina-se a obra e a obra faz-se". A sensibilidade, o respeito pelo que já existia... Porque, senão as coisas fazem-se mas depois não brilham, não têm qualidade. Outra área que eu acho que merecia uma intervenção há anos é a Rua da M.F.A. É a rua principal que liga a parte antiga à parte nova e está uma desqualificação completa: os passeios inclinados - depois tem que se pôr areia com cola para as pessoas não escorregarem; os sumidouros estão mais altos do que o alcatrão. Aquilo não dá qualidade nenhuma à cidade. Acho que o chamado "Cerro da Vila" e a Rua do M.F.A. são duas áreas prioritárias, tendo em conta que há verba."-----

Presidente da Câmara: "Em relação às intervenções do Senhor Pimenta, irei ver depois de ver os seus papéis sobre isso. Em relação à questão do Centro de Saúde, eu vinha a ter conversações com alguma regularidade com o anterior diretor. Só que agora também se foi embora. Penso que isso, neste momento, já não terá valor nenhum porque há novas direções. Quanto às carências que o senhor mostrou saber, eu não sabia que havia tanta carência. Sei que não tem os recursos humanos ideais, e que na altura foram falados, mas inclusivamente temos estado a dar o apoio com os médicos cubanos. Naturalmente, temos carências e devia haver um reforço, designadamente na época alta. Não tenho grandes dúvidas em relação a isso. Tomei nota do que o senhor disse. -----

Em relação ao Domingos Coelho, a questão da destruição da Praça da República, em relação àqueles vestígios antigos que lá estão, foram os técnicos, com o seu gosto... Eu, pessoalmente, também não direi que é a coisa de que mais gosto, não posso dizer isso, mas foram os técnicos que, juntamente com a área de requalificação urbana, com a cultura, desenharam, conceberam, daquela forma, de forma a proteger o que existe, tapando, protegendo o que não tem relevo. Isso foi determinado pelos serviços de arqueologia da Câmara: havia que protegê-los e voltar a tapar; quanto à parte que fica à vista, eu falei na solução de pôr acrílico em cima mas disseram que não, que isso degrada completamente as situações, que a melhor forma é ficarem ao ar livre para serem visualizados e com uma barreira que impeça as pessoas de ir lá para dentro. Aquilo parece que ainda vai ter um sistema de luzes. Enfim, os gostos não se discutem! Foi uma solução arquitetónica, não será a que eu mais gosto, mas também não sei qual é a que eu gostaria mais. É uma solução digna para a Praça e não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. Mas agora também vou discordar de quando diz que "aquilo está esquecido". Não está esquecido, está degradado, isso é verdade, mas não está esquecido. Nós estamos, precisamente, a desenvolver os esforços e temos vindo a desenvolvê-los. Aliás, já vieram a esta Assembleia as questões quer da aprovação da ARU, da Área de Reabilitação Urbana - o que mostra que não está esquecido - e do PARU também (Plano de Ação de Regeneração Urbana). E, por um lado, estamos a



sensibilizar as pessoas no sentido de procederem à reabilitação das suas propriedades, dos seus prédios privados, em que vão ter incentivos, e nós, Município, iremos corresponder com investimento público. Portanto, está muito longe de estar esquecido. Agora que é uma zona que está degradada, é, isso está à vista, mas longe de estar esquecida, pelo contrário estamos a desenvolver todos os mecanismos para que aquela zona seja o mais valorizada possível, porque eu entendo também, e aí estamos de acordo, que é uma das zonas que deve ser bastante valorizada porque é um dos restos, digamos, do pouco património cultural que nós temos, e, portanto, daí também que aquilo que os Albufeirenses chamam impropriamente "o Quintal da Câmara" não é o "Quintal da Câmara" porque antes de ser o "Quintal da Câmara" era a Igreja Matriz de Albufeira, onde também estava o cemitério velho de Albufeira, para qual também está a ser feito o projecto de recuperação com um centro de interpretação para valorizar aquela zona. E também há uma coisa que estava fechada desde que eu me lembro, há muitos anos, que era a Capela da Santa Casa, e que neste momento já foi recuperada, também com a participação dos nossos restauradores do Município, que foram com todo o gosto ajudar a Santa Casa a restaurar. E hoje a Capela já tem visitas e eu já propus à Santa Casa que, mesmo quando não estiver lá ninguém, a porta possa ficar aberta, uma porta em vidro, para que possa ser visualizada do exterior. Portanto, está muito longe de ser esquecida e concordo consigo que é uma zona que temos que tratar com todo o cuidado, com luvas de pelica, sobre isso não tenho a mínima dúvida, porque é uma riqueza que nós temos, que é de todos nós. Aquela era a zona do antigo Castelo de Albufeira e, portanto, é uma zona em que estamos, com todo o cuidado, a preparar as intervenções. Naturalmente, vai haver intervenção pública e vai haver intervenção privada, em sede própria. Quanto ao antigo Hospital, que é pertença da Santa Casa, sei que também há intenções de fazer um projeto. Não sei ainda qual, já ouvi várias ideias, mas não há ainda a ideia final. Também há que fazer a recuperação daquele património e nós temos ao lado a Torre do Relógio para recuperar. Também queremos fazer essa intervenção. Aliás, já está também agora aí na Revisão Orçamental para, precisamente, fazer uma intervenção também aí de forma a valorizar tudo aquilo e torná-lo acessível, se possível, aos visitantes. Aquilo era, segundo alguns, a antiga Torre da Mesquita. Não sei se isso terá correspondência histórica real ou não. Há quem diga que sim, há quem diga que é fantasia. Mas, seja como for, é um monumento histórico importante de Albufeira e está já previsto na Revisão Orçamental uma intervenção bastante séria nessa matéria, precisamente porque eu acho que é uma zona de excelência. O Professor Domingos, que é um homem que gosta de História, é um Professor de História, também deve ser informado, e eu penso que isto também vai colher a concordância que temos uma situação que aconteceu em Albufeira, que é cá em baixo quase ao pé do Cais Herculano, na Rua Afonso Terceiro, que foi descoberta aí uma fase que ficou à vista de uma torre do antigo Castelo. Com alguns procedimentos e junto dos serviços, já manifestei que não iria aprovar nunca nada ali. Acho que aquele espaço



tem que ser devolvido aos Albufeirenses, ao turismo, a todos que o quiserem visitar. Portanto, está aqui expresso, está aqui gravado: eu votarei sempre contra qualquer projeto que venha para ali porque entendo que aquele espaço foi demolido - não devia de ter sido demolido, em primeiro lugar - e foi demolido sem licença, com uma esperteza, e foi posta, inclusivamente, lá uma placa a dizer que era com a autorização do Presidente da Câmara, mas que era mentira. Eu? Autorização? Eu não me lembro de ter dado nenhuma autorização. Quando cheguei à Câmara fui logo ver. Só se assinei alguma coisa de cruz, mas normalmente essas coisas não se assinam de cruz, e, de facto, não tinha sido isso. Portanto, naquela zona não é permitido fazer demolição e construção nova, logo está impossibilitado de lá se aprovar seja o que for. Mas também temos que ser justos e eu também vou querer saber, e penso que é de bom senso, quanto é que aquilo custou e propormos adquirir aquilo ao dono, quem quer que ele seja, e dizer-lhe claramente que eu, pelo menos, votarei sempre contra qualquer projeto ali enquanto eu estiver naquela Câmara. Por mim não passa, os outros não sei, por mim já está afirmado que nunca passará. Não se sabia, até a um passado recente, que estava uma torre aquela zona, e estou convencido que toda a Câmara vai votar por unanimidade, mas não lhes perguntei ainda, ou se calhar já perguntei, já não me recordo, se calhar já falámos sobre isto. Temos, neste momento, essa parte dessa torre à vista que é também para ser cuidada com todo o carinho porque nós temos pouco património histórico, então, todo o pouco que há temos que cuidar dele muito bem e, portanto, em relação a esta zona - o antigo Hospital que também já referi será uma área da competência da Santa Casa - naturalmente que a Câmara irá acompanhar com toda a cautela. Também já estamos a diligenciar em relação ao antigo Tribunal para fazermos a recuperação desse edifício, esse sim do Município, com algumas dificuldades que existem, de projetos... Por vezes os senhores arquitetos encontram muitas dificuldades, o que é natural. Portanto, ali o que há a fazer é motivar investimento privado e também fazer investimento público. No fundo, é o que nós temos desenhado também para ser feito nessa zona."-----

Domingos Coelho: "E a Rua do M.F.A., Senhor Presidente?"-----

Presidente da Câmara: "Vai agora a seguir ser votado na Alteração Orçamental o reforço de cerca de mais de seis milhões para muitas estradas, muitos caminhos, muitas ruas, muitos arruamentos. Se me perguntar agora, de memória, se este já está incluído, não sei, mas é consultar e ver. Como eu já disse, o que não foi feito este ano, será feito para o ano, mas já está previsto, e temos consciência que Albufeira está a precisar de muito, muito investimento, e estamos a fazê-lo. Nós estamos, neste momento, a pôr em força investimento nessa área dos arruamentos porque precisam, de facto, de investimento."-----

Cândido Reigado: "Eu gostava que o Senhor Presidente depois dissesse o que realmente não disse em relação aos tais terrenos de que eu falei, se tem algum conhecimento."---



Presidente da Câmara: "Senhor Reigado, peço desculpa, passou-me essa. De facto não tenho conhecimento, nem sei quais são os terrenos, nem de estar lá nenhuma placa a dizer "Vende-se", não faço ideia nenhuma. Se o senhor, depois, quiser indicar exactamente o local, ou ir lá à Câmara para mostrar a localização no mapa, aí será fácil: nós dois consultamos os serviços para ver se está lá alguma coisa aprovada. Sinceramente, desconheço em absoluto o assunto, Senhor Reigado. Eu convido-o a ir à Câmara mostrar-me a localização nos mapas e aos serviços ver o que é que se passa com essa zona. É fácil fazer isso e tenho todo o gosto em recebê-lo lá para o senhor mencionar exactamente qual é o local e vamos ver os terrenos."-----

Francisco Guerreiro: "Como temos que voltar cá amanhã, temos que nos ir habituando daqui para a frente que tudo isto está mal. Falta uma meia dúzia de meses... Quem anda cá há tantos anos percebe um bocadinho disto. Isto faz parte da vida e faz parte da política. Entretanto, não queria deixar passar este momento sem deixar umas palavras de amizade, por esta obra, à Câmara Municipal e também ao Fernando e ao meu amigo Hélder, porque já nos conhecemos há muitos anos e sei que toda esta gente são pessoas que se batem pelas coisas, e eu fico muito satisfeito. Como ex-presidente de uma Junta era a coisa que eu mais gostava que acontecesse na terra: inaugurações. Era uma obra que lá ficava, isto é uma obra que cá fica. Daí o meu agradecimento à Câmara Municipal, da minha parte pessoal, por este trabalho, por esta iniciativa - fiquei bastante satisfeito. Só não fiquei muito satisfeito no dia da inauguração porque acho que o meu amigo Hélder devia ter dado uma palavrinha. Mas isto são fatores que acontecem, paciência (mas eu reparei). Por outro lado, queria chamar aqui à atenção de uma coisa: há uma rapariga que tem uma parafarmácia e já fez, salvo erro, duas vezes um requerimento à Câmara Municipal para um lugar para que as pessoas possam parar o carro e abastecer-se, e nas duas vezes foi negado. Não sei porque é que foi negado. Porque é uma parafarmácia? Se fosse uma farmácia já podia ser? No fundo acho que é um estabelecimento que merece o nosso respeito porque todos nós podemos ter falta de lá ir por qualquer motivo. Mas o meu espanto não foi só isso: chegaram cá os Tuk-Tuks, no entanto, já têm estacionamento. Eu acho que deve de haver respeito por aquelas pessoas que já estão estabelecidas para ajudar um bocadinho o povo: quem vai comprar mas também quem vende. Isto tem que ser visto de uma maneira correta. Desculpem lá, mas eu não podia deixar passar isto. Já tenho andado com isto aqui há muito tempo e estas coisas não gosto de deixar passar porque eu acho que, quando sinto necessidade de parar o carro para ir comprar qualquer coisa, também gostaria de ter um espaço para pôr o carro para comprar e ir embora. Não sei quem é o Vereador ou se é o Presidente, que tem este pelouro, não reparei nisso, não faço a mínima ideia, mas que tenham atenção a isso. Vou incentivar a senhora a fazer novamente o requerimento."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Pimenta, só, obviamente, para lhe dar aqui a resposta. Como sabe, sou advogado e como advogado tenho algumas responsabilidades



e alguns deveres. Também como Membro desta Assembleia Municipal tenho um deles: tomar as deliberações em consciência. Quando sinto que não estou apto a tomá-las por qualquer motivo e um deles seja por motivo profissional, saio da sala para que não interfira com aquilo que é o meu sentido de responsabilidade. Eu entendo a sua pergunta, no sentido de saber: se eu tenho alguns interesses com o requerente; A resposta é "Não"; se tenho alguns interesses profissionais ou interesses pessoais; A resposta é "Não"; se tenho interesses profissionais com esta empresa; A resposta também é "Não". A única questão é que, conhecendo algumas pessoas que estão ligadas ao processo, para que não haja, precisamente, qualquer suspeita relativamente à minha pessoa, eu saí da sala.-----

No que diz respeito à questão do Crematório, estive a perguntar à Carla e, de facto, há um lapso da minha parte porque não instruí os serviços no sentido da emissão mas a Câmara, neste caso em concreto, respondeu-nos atempadamente e, portanto, amanhã, sairá o *email* com a informação para os Senhores Membros da Assembleia Municipal, como tem sido apanágio a partilha de informação. Não sei se, no que diz respeito a estas duas questões, tem mais alguma dúvida."-----

José Pimenta: "Em relação à primeira, é bastante importante porque fica sempre no ar alguma coisa quando o Presidente da Assembleia ou algum Membro sai da sala. No meu ponto de vista daria alguma informação, porque sem informação..."-----

Presidente da Assembleia: "Eu acho que é precisamente o contrário. O que é preocupante é se a pessoa achar que não deve estar e ficar. Até podia ter ido fazer um telefonema, mas não foi o caso. Foi por uma questão de autorresponsabilização, não foi por uma questão profissional, senão tinha que lhe dizer que estava ao abrigo do segredo profissional e depois ainda era pior a emenda que o soneto. Foi só por isso que eu lhe quis esclarecer."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira- Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPON-DÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente à informação do Presidente, é aquilo que tem sido habitual relativamente a esta questão e que tem a ver com a análise das contas e do



saldo que o município tem neste momento: o saldo do município situa-se em cerca de sessenta e sete milhões e meio de euros: cerca de sessenta e seis milhões mais cerca de um milhão e quatrocentos mil de operações de tesouraria. Portanto, mais uma vez se demonstra que estamos a engordar a conta, continuamos a poupar, e, efetivamente, havendo carências no município, as mesmas continuam por resolver. O Presidente já referiu que agora estaria à espera da deliberação sobre a conta de gerência, com eventuais reforços de verbas a serem inseridas nas rubricas, que essa situação estaria, ou poderia, eventualmente, vir a ser resolvida. O problema é que andamos com esta situação há pelo menos dois anos. Quando as verbas já começavam a ser suficientes para resolver alguns problemas, continuámos a focar na necessidade da desconcentração e na necessidade da atribuição de verbas às várias entidades, e, até agora, de facto, não tem acontecido. No entanto, é uma questão que iremos discutir nos pontos em causa e iremos, efetivamente, colocar mais acentuadamente e mais profundamente estas situações." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Aprovação da ata da sessão de 29-11-2016.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Não votaram: quatro (04): Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões e Sofia Oliveira.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão de 29-11-2016. -----



PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de alteração do caminho de acesso à praia, na Quinta do Castelo-Albufeira. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, antes de mais queria agradecer-lhe o facto de ter feito uma comunicação, uma tentativa, no sentido de termos feito uma reunião prévia para discussão deste ponto com os representantes das bancadas. Infelizmente, a reunião não foi possível concretizar, com muita pena minha, porque, da análise deste ponto, verifico que, pelo menos a bancada do Partido Socialista sem discutir este assunto, não está em posição de poder votar esta deliberação. E quero aqui esclarecer que achamos que o projeto e o empreendimento em causa são da maior importância. No entanto, verificamos, pela documentação que nos foi entregue, que não há uma decisão do senhor Diretor de Departamento. Há, de facto, aqui uma situação que não percebemos: se este caminho está ou não numa posição de poder ser, efetivamente, aprovado, e se não colide com nenhuma das regras da autoridade marítima, ou seja, com a legislação em vigor. Sabemos também que, já por duas ou três vezes, um outro caminho, que não este - estamos a falar, penso eu, do caminho pedonal e não do outro caminho que foi aberto há uns anos atrás - veio a esta Assembleia quando o Presidente da Câmara era Presidente da Assembleia e voltou para trás, portanto, nunca chegou a ser resolvido. Temos agora uma nova frente, ou um novo caminho, que é o caminho pedonal que dará a volta e chegará à praia e que vai subir até à zona do empreendimento. Portanto, sem querer atrasar este processo, acho que a informação que nos foi facultada é escassa, não há deliberação, embora tenha sido aprovada pelo executivo da Câmara Municipal por unanimidade. Mas os documentos de suporte não nos dão pelo menos confiança no sentido da aprovação. Portanto, propunha ao senhor Presidente que este assunto fosse retirado, que fosse dada nova informação, o mais rapidamente possível, e que fosse agendada para a próxima reunião, porque também não é nossa intenção atrasar todo este processo, que já anda aqui há uma série de tempo, com prejuízo para o proprietário e para a resolução do problema que há muito tempo está por resolver." -----

José Pimenta: "Em relação a este ponto, nós achamos que era importante que as várias forças políticas fossem ao terreno porque a informação que nos chega... Nós



trabalhámos sobre o documento, tentámos ler o documento e tentámos ser precisos na votação que fazemos. Continuamos a pensar que um técnico, elementos do executivo e das várias forças políticas deveriam estar no terreno para nos informar como é que será. Esta alteração do caminho depende também da alteração da urbanização? Estou completamente de acordo com a bancada do PS, que seria preciso que nos fosse fornecido mais material e, eventualmente, também estou de acordo com um novo agendamento.” -----

Presidente da Assembleia: “Relativamente a esta questão, posso dizer que não implica a alteração do projeto propriamente dito porque isto é lateral ao projeto que está aprovado. Temos aqui o parecer do chefe de divisão. Vocês não receberam? Eu faria uma proposta, conjugando todas as questões. Como o Membro Francisco Oliveira disse, eu tentei conjugar uma reunião entre todas as bancadas para que fosse possível discutirmos este ponto, mas não foi possível termos conciliação de agenda e, portanto, a reunião não foi efetuada. Neste sentido, temos aqui uma proposta para retirar o ponto e eu proporia que fosse feita uma reunião e podíamos fazer já na próxima semana. Falo com o Senhor Presidente da Câmara Municipal para nos disponibilizar o Senhor Diretor de Departamento para lá irmos ver o caminho, sendo certo que se trata apenas da deslocalização de um caminho pedonal dentro do mesmo terreno da propriedade e que haverá outro benefício em parques de estacionamento para o concelho, na questão desta praia. Mas, a ser assim, coloco à consideração da Assembleia Municipal que este ponto seja retirado da ordem do dia. Depois, pedia a maior diligência a todas as bancadas, no sentido de agendarmos a visita e a reunião.”---

Presidente da Câmara: “Só para clarificar uma questão: a Assembleia não está a aprovar nenhuma construção. O que a Assembleia aqui vai fazer é autorizar a desafetação daquilo que é considerado “Domínio Público”. E o que pedem aqui é se a Assembleia autoriza que aquilo que é “Domínio Público” deixe de o ser. Na minha opinião isto não afeta qualquer responsabilidade para a Assembleia. A Assembleia pode dizer “Não, não queremos”, mas não estou a ver que haja alguma responsabilidade porque não está a autorizar a construção, está apenas a permitir a desafetação de uma coisa para outra, que depois terá de ser objeto de mais tratamento formal. Mas como eu entendo que as coisas devem ser o mais claras possível não vejo qualquer problema em que se clarifique o que há para clarificar.”-----

Francisco Oliveira: “Não é essa a questão que está em causa, por aquilo que eu li. O que vem no parecer dos serviços é que a aprovação está condicionada à aprovação da



Assembleia Municipal. A desafetação do caminho de um lado para o outro, como o senhor Presidente disse, e muito bem, implica um condicionalismo para que seja aprovado o projeto.”-----

Presidente da Assembleia: “Neste caso não, porque o caminho já existe. Se o caminho não for alterado o projeto continua. É só uma questão de comodidade porque o projeto não é condicionante de aprovação, neste caso em concreto. O caminho está lá, existe, o projeto está aprovado, porque há o respeito pelo caminho: há um afastamento do caminho em relação à construção na extrema. É só uma questão de afastar o caminho, que não implica o licenciamento da edificação.”-----

Francisco Oliveira: “A ideia com que fiquei é que está condicionada à aprovação por parte da Assembleia Municipal.” -----

Presidente da Assembleia: “Só a alteração do caminho.” -----

Presidente da Câmara: “Qualquer alteração de caminho público tem sempre de vir à Assembleia porque a Assembleia tem sempre de autorizar a desafetação de uma coisa pública para privada. O caminho ia por esta parte amarela e agora passará a ser pela parte verde, portanto, um bocadinho afastado da zona edificada. Têm previsto não privatizar a praia e que se mantenham aqui zonas de estacionamento públicas. Também já foi falado com a Agência do Ambiente, também concordam, já foram escolhidos três locais para estacionamento público. Aliás, queriam já começar a fazê-lo, mas o senhor que tem o apoio de praia veio pedir que as obras não fossem antes do verão, se podiam ser depois do verão para não lhe afetar o negócio.”-----

Presidente da Assembleia: “Talvez nas plantas que receberam não possam ver. A edificação está aqui, o caminho existente é este que está a amarelo e eles querem passar para aqui. Portanto, a construção não está dependente da existência do caminho.”-----

Francisco Oliveira: “São uma série de questões que gostaríamos de ver respondidas.”--

José Pimenta: “A ideia com que fiquei é a seguinte: o terreno deixa de ser em zona privada e passa pelo caminho que vai dar ao Castelo e depois entra na parte final. Ou seja, neste momento o caminho que existe é uma zona privada, correto? É o caminho que vai para o Castelo, que se entra pelo arco.”-----

Presidente da Assembleia: “Não é o caminho que vai dar à praia do Evaristo, é na outra ponta.”-----

Francisco Oliveira: “Não é o caminho que é atravessado por veículos, é o caminho pedonal. Estamos a falar de coisas diferentes.”-----



José Pimenta: "É a tal situação, que no terreno conseguimos saber o que se passa."----

Presidente da Assembleia: "Como sabe, tentei que conciliássemos agendas para que os esclarecimentos fossem prévios, mas não conseguimos. Há dúvidas nesta Assembleia, portanto, não vale a pena nós debatermos uma questão que ninguém está confortável para decidir e, portanto, eu proporia que votássemos a retirada deste assunto e peçovos o compromisso que na próxima semana, no mais curto espaço de tempo possível, conseguíssemos fazer uma visita ao local e reunir com os técnicos que a Câmara entendesse disponibilizar, até mesmo com o técnico responsável pelo projeto, por parte do promotor, para irmos ao local."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto da Ordem do Dia.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Ausências: duas (02): Rui Bernardo e Francisco Guerreiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade com duas ausências. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para o Aluguer de Máquinas e Viaturas com Operador ou Condutor, até ao Limite de € 149.000,00, acrescido de IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Só gostaria de colocar uma questão. Não sei se o Presidente poderá responder ou se algum técnico poderá responder, sobre a possibilidade de aquisição de máquinas em detrimento, neste caso, de aluguer de máquinas e viaturas. Portanto, sairá ao município mais caro ou mais barato a possibilidade de aquisição do



que a contratação de aluguer de máquinas, que normalmente tem um custo bastante mais elevado.”-----

Cândido Reigado: “A CDU vai votar contra, mas temos uma declaração de voto para entregar depois da votação.”-----

Presidente da Câmara: “Para se saber se é mais caro ou mais barato, teriam de ser feitas muitas contas. Para termos a máquina temos de comprar a máquina, temos de ter alguém em regime de permanência e, muitas vezes, não temos recursos humanos, pessoas suficientes para desenvolver estes trabalhos. São trabalhos necessários, que são feitos e requisitados pelos serviços, independentemente dos trabalhos que estão para ser feitos pelos nossos serviços. São sempre trabalhos que temos necessidades de fazer. Estou a lembrar-me, por exemplo, do desentupimento que estivemos a fazer no caneiro na Avenida 25 de Abril. Se não tivéssemos recorrido ao aluguer de máquinas, ainda estavam por fazer. É tudo muito engraçado! Estou a dizer isto sem qualquer toque de ironia. Pensamos que fazendo as coisas com os recursos da Câmara é muito melhor, mas chega a hora da verdade e não é assim. Além dos nossos trabalhadores, e das máquinas que temos, ainda agora houve uma rotura na Avenida do Ténis e temos as máquinas a trabalhar. Mas se houver outra rotura noutro lado, ao mesmo tempo, já não temos hipóteses de acudir a dois lados ao mesmo tempo. Portanto isto é para ser utilizado quando faz falta, quando os nossos serviços não têm capacidade de resposta. Devo notar que seria impossível, face aos acontecimentos do nosso concelho... Teríamos de ter uma máquina humana monstruosa para acudir a situações pontuais, que muitas vezes são urgentes. Muitas vezes há necessidade não só de os nossos serviços acudirem, como também da contratação de serviços externos. É uma necessidade de que não podemos abdicar. E cada vez mais vamos tendo menos gente, vamos abrindo concursos e mesmo assim por vezes não os preenchemos. Tenho alguns exemplos em que não consigo preencher os concursos porque ficam a ganhar ordenados fraquíssimos.”-----

Francisco Guerreiro: “Há mais de trinta anos que eu conheço esse sistema, sempre conheci, e isto acontece porquê? Chama-se a isto um “desenrascanço”. A Câmara tem oportunidade de, quando está enrascada, recorrer. Agora, comprar máquinas sem ter maquinistas também não dá. Sempre foi assim, não é nada de novo, e só agora é que começa a ser novo? Eu conheço isto assim há mais de trinta anos.”-----

Francisco Oliveira: “Não se trata de política geral ou política de contratação. Fiz uma pergunta e o Francisco Guerreiro sabe isso há muito tempo e todos nós sabemos. A



minha questão é muito simples: é saber se a aquisição de uma máquina, neste caso concreto, seria mais barata do que, eventualmente, a contratação dos serviços. Sabemos que não só neste caso, como noutros, a Câmara recorre a *outsourcing*. Efetivamente, não pode ter uma máquina de estrutura humana que possa acudir a tudo e mais alguma coisa. Foi uma simples pergunta, sem qualquer intuito no sentido de aqui pôr em causa a questão da contratação ou não contratação de pessoal, que sabemos que é difícil. Sabemos também que estes cento e quarenta e nove mil euros, infelizmente, se vão gastar rapidamente devido à necessidade do *outsourcing* ser necessário."-----

Presidente da Assembleia: "Estamos apenas a visualizar um tipo de máquinas e isto inclui todo o tipo de máquinas quer sejam retroescavadoras quer sejam máquinas de lagartas ou giratórias. Não que seja um grande entendido, mas se estamos a falar de uma giratória, por exemplo, como aquela que foi necessária para a praia Maria Luisa, em que a Câmara utilizará uma máquina daquelas uma vez em cada ano, quando houver uma derrocada daquelas, custa seiscentos mil euros - este é o grande problema. São quase equipamentos especializados que estão aqui e não equipamentos de utilização do dia-a-dia, são situações pontuais, mas que são de maior especificidade como os camiões de grande porte de que a Câmara não necessita para o seu quotidiano mas para situações pontuais, de complementaridade em função das máquinas. Refiro-me a máquinas escavadoras ou giratórias, que são máquinas de grande porte, que normalmente não compensa aos municípios. Tenho feito alguns contratos destes com outros municípios, precisamente, por causa desta necessidade pontual da contratação, porque cento e quarenta e nove mil euros não chega sequer para uma máquina normal que vemos a circular na rua."-----

José Pimenta: "Já dissemos que íamos votar contra e votamos contra politicamente, claro. Mas nós defendemos que, em casos pontuais, por exemplo no caso da intempérie, havia a necessidade de termos as máquinas e foi feito o concurso para conseguir resolver o problema. Agora isto vai ser uma regra. Quando se diz que há material nas oficinas, existem as máquinas ou não foram arranjadas ou há falta também de mecânicos ou há qualquer coisa que está errado. Como caso pontual, aceitamos." -----

Presidente da Câmara: "Eu percebo o que o senhor está a dizer mas há aí uma contradição. Isto é mesmo para serviços pontuais e para os quais não temos capacidade de realização. Temos lá os nossos trabalhadores, temos lá as nossas máquinas, temos os nossos tratores, temos isso tudo, mas não temos é capacidade para fazer tudo o



que aparece. E quando não temos capacidade, temos necessidade de recorrer a serviços externos. São coisas pontuais, não estamos a adivinhar já quais são os serviços que vão fazer mas que eles vão aparecer e, portanto, temos de estar preparados para poder intervir rapidamente quando os nossos serviços não tiverem capacidade para acudir a essas situações. É para isso que esta contratação serve."-----

José Pimenta: "O ponto fala de material obsoleto. Então, porque não se compra material? Eu li que há material disponível. Então, nesse caso, não havia necessidade..."--

Presidente da Assembleia: "Não é por falta de material que as coisas não se fazem."---

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02): Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Cândido Reigado apresenta e lê declaração de voto. (Doc. 2, anexo a esta ata) -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sobre o Aviso nº POAPMC- F2-2017-01- Distribuição de Géneros Alimentares e/ou Bens de Primeira Necessidade - Candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira em parceria com a Fundação António Silva Leal e o Centro Paroquial de Paderne - Compromisso do Município na disponibilização de um espaço para armazenamento de bens alimentares. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Pimenta: "Vai haver uma parceria entre as três IPSS. Então, fica a Câmara obrigada ("obrigada" é uma maneira de falar) a ter um local de estacionamento para toda essa mercadoria. Gostaria de saber se já existe local, se esse valor - dois mil e



quinhentos euros - já é definitivo ou, entretanto, ainda vão haver negociações para baixar esse valor?"-----

Presidente da Câmara Municipal: "Naturalmente que ainda não está fechado. É o valor que nos foi pedido e vamos tentar ainda baixar o preço. Não temos grandes alternativas porque o espaço que dispõe das condições necessárias tem, inclusivamente, zona de arcas frigoríficas, tem todas as condições necessárias para podermos ter condignamente armazenados os alimentos e de acordo com as regras legais vigentes. O negócio ainda não está fechado, e, naturalmente, que vamos tentar baixar o preço."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Produtos Químicos para Limpeza e Acessórios de Limpeza e Higiene Específicos para a Área Alimentar de Acordo com o Sistema HACCP, para as Cantinas Escolares do Município de Albufeira e para as Atividades Desenvolvidas no Âmbito da DEAS, até ao limite de € 120.000,00, acrescido do IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----



Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Carnes Frescas e Enchidos para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de € 137.000,00, acrescido do IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2016, do Estatuto do Direito de Oposição. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2016. -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2016. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Antes de mais gostaria de fazer aqui uma referência: este ponto, este documento, é, essencialmente, técnico e, portanto, a nossa apreciação não é uma apreciação de teor técnico/contabilístico porque entendemos, sem dúvida alguma, que os técnicos fizeram o melhor e ele, com certeza, que estará certo, no que diz respeito à apresentação das contas do município. O que vemos aqui, naturalmente, é que este documento vem fazer ressaltar o que é a opção política do executivo relativamente à forma como gere o município. E nesse sentido temos vindo a fazê-lo durante todo este tempo por entendemos haver uma situação de algum estrangulamento no que diz respeito às verbas que deveriam ser alargadas, no que diz respeito, também, a



questões que entendemos serem questões de necessidades básicas da população. O facto de, realmente, este documento vir permitir que o saldo transitado seja agora incorporado nas rubricas do orçamento, leva-nos a uma tomada de posição no sentido que não queremos de forma alguma, nem é nossa intenção, obstar a que tal saldo venha a ser incorporado nas várias rubricas do orçamento e que, como tal, sirva para prover as necessidades da população. No entanto, entendemos que esta prestação de contas revela aquilo que de mau tem esta gestão camarária e o facto é facilmente verificável por alguns números. A execução orçamental de dois mil e catorze foi de noventa e três por cento. É um número, efetivamente, elevado mas temos de ter em consideração que em dois mil e catorze estávamos no âmbito do PAEL, estávamos com limitação não só das despesas relativamente ao PAEL como tínhamos também visto, há pouco tempo, a Lei dos Compromissos ser aprovada, e, portanto, a mesma não permitiria determinado tipo de despesas. Assim, em dois mil e catorze limitou-se, eu diria, quase a fazer uma gestão corrente ou das despesas correntes. Mas dois mil e quinze, por exemplo, já tem uma execução orçamental de setenta por cento e em dois mil e dezasseis essa execução orçamental decaiu para cinquenta e cinco por cento. De facto, isto é demonstrativo daquilo que acontece, ou seja, a execução orçamental decresce consideravelmente e as contas do município aumentam. O senhor Presidente tem vindo a dizer durante as várias reuniões da Assembleia Municipal que existem vários projetos, que existem várias soluções, mas está já demonstrado que a redução dos rendimentos das famílias e das empresas é uma política que conduz ao empobrecimento dos cidadãos, com a conseqüente retracção económica. E, portanto, esta tese de retrainmos e não devolvermos, por assim dizer, os recursos às populações é algo que não dinamiza a economia local. Existem necessidades básicas, embora se diga que muito foi feito e será feito, com certeza. Mas há coisas que realmente são de extrema importância e, comparativamente com aquilo que são os recursos que neste momento existem para a Câmara Municipal, seriam fáceis de resolver. Eu aponto aqui só dois exemplos: um deles são escolas do concelho em condições de degradação extrema e, por exemplo, no caso da freguesia de Paderne, não me quero enganar no valor que consegui obter, existem cerca de quarenta por cento das habitações sem saneamento básico, o que é incompreensível no século vinte e um. Estas são as questões. O senhor Vereador terá depois a possibilidade de responder a esta questão mas a informação que me foi dada é que há situações de escolas com casas de banho degradadas e que levam, de facto, a situações complexas. Parece que os valores que aqui estavam em



causa, para este tipo de reparações, seriam valores que rondariam montantes relativamente baixos. É nesse sentido que nós divergimos consideravelmente no que é a política de gestão do município. Entendemos, e gostaria de fazer uma referência, que se trata de um documento essencialmente técnico contra o qual, no que respeita às regras contabilísticas, nada temos a apontar. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá abster-se na votação deste ponto."-----

Miguel Coelho: "Considerando o que o Francisco Oliveira já disse, e uma vez que em Paderne houve também falta de observação orçamental, em matérias consideradas básicas, eu como Presidente de Junta, aqui representado na Assembleia, também irei abster-me e tenho uma declaração de voto."-----

Presidente da Câmara: "Começando pelo ponto das escolas, é das áreas onde se tem feito um investimento enorme a nível do município, e depois há de concretizar, exatamente, quais são as escolas que têm essas tais casas de banho, porque o investimento com as escolas tem sido primordial e tem sido enorme. Portanto, não é essa informação que tenho. Aliás, a informação que tenho é precisamente ao contrário: vêm muitas vezes dar-me os parabéns pela qualidade das que temos em Albufeira escolas, pelo investimento enorme que tem sido feito, não só este ano mas ao longo dos anos anteriores. Se foi ponto onde nunca houve grande retracção de investimento foi no parque escolar. Essa afirmação é daquelas coisas que não faz sentido nenhum nem justiça alguma. Quanto ao resto, naturalmente, que são opiniões, políticas, as quais eu respeito, permitindo-me naturalmente, em democracia, discordar delas. Tomei aqui algumas notas e só para contrariar as tais percentagens, também está aqui na informação do tal documento contabilístico rigoroso, feito pelas nossas técnicas, que, comparativamente a dois mil e quinze, o aumento do investimento de dois mil e dezasseis subiu em duzentos e treze vírgula oitenta e dois por cento. Portanto, é para também ver que, comparativamente, a máquina administrativa já começou a retomar e não é pequena essa retoma - estamos a falar de duzentos e treze vírgula oitenta e dois por cento. São números que estão aqui, não fui eu que escrevi, é a análise técnica financeira do município em relação a obra, e estamos a falar de investimento. Eu aceito, e tenho que aceitar. A política é assim mesmo e haja discordâncias. Mas devo dizer que estou num barco completamente diferente do seu e estou por isto: quando me dizem que o saldo é muito grande, eu fico sempre abismado com isso. Neste momento transitou, de saldo, cinquenta e sete milhões. Mas só vêm isso? E os compromissos que temos assumidos? Por acaso foram à procura dos compromissos?"



Não estou a falar de despesas correntes, estou a falar de compromissos de investimento assumidos. Qual é o valor? São trinta e nove milhões oitocentos e quarenta e seis mil oitocentos e quatro euros e setenta e sete cêntimos. O que significa que dessa grande fortuna, que os senhores dizem que nós temos, sobram apenas dezassete milhões. Se nós pensarmos só no plano de drenagem de Albufeira, na primeira fase que temos para fazer, temos logo quinze milhões. Também não fui eu que inventei esse número, foi o professor Saldanha Matos, que também fez o plano de drenagem de Lisboa e tem muito boa reputação. E penso que todos nós concordamos que o plano de drenagem tem de ser executado. Só aqui já só temos de sobra dois milhões. Estamos a falar de questões de compromissos e agora estou a falar de montantes que não estão comprometidos sequer mas todos temos intenção, penso eu, neste grande projeto. Depois temos outros grandes projetos concelhios: o Lar das Fontainhas - quanto é que está para ali previsto? Cinco milhões, seis milhões? Então já não chega. E depois temos mais o Lar dos Olhos de Água. Portanto, há aqui uma ilusão, e é bom que tenham consciência disso, que temos uma situação financeira com alguma solidez. É verdade, mas o facto de termos alguma solidez não quer dizer que não tenhamos que programar com muito cuidado e muita cautela o nosso futuro. E o nosso futuro não passa por fazer obras à pressa ou obras de fachada porque vêm aí as eleições. Eu também não entro nesse barco. Interessa-me é deixar obras que sirvam as populações, eu, e penso que toda a Assembleia tem a mesma intenção, de deixarmos obras que sirvam as pessoas. Se todos concordamos que é necessário fazer o plano de drenagem, e sabemos que a primeira fase são logo quinze milhões, se sabemos que temos esses dois lares para fazer. Depois temos as estradas, temos seis milhões para comprometer a seguir. Onde é que já lá vão os tais cinquenta e sete milhões? Onde é que já lá vão? E só dei três exemplos. E a Ação Social? Quanto é que não temos de investir na Ação Social? Este saldo é uma ilusão. Qualquer descuido, qualquer ato de má gestão, e estamos outra vez em crise e a pedir o PAEL. Temos, de facto, obras de muito relevo e muita importância para avançar, temos uma série de obras pequeninas que representam muitos milhões de euros e que irão esbater completamente este saldo. Somando a isso as despesas correntes que vamos tendo ao longo dos anos... Há também que notar que, no desvio que tivemos, já este ano, em relação a dois mil e quinze, já tivemos de receita em dois mil e dezasseis menos oito milhões seiscentos e noventa e seis cento e dezassete vírgula cinquenta e sete cêntimos. E com o aumento de despesa de três milhões, já temos aqui um desvio de doze milhões. Portanto, há que



ter muita cautela com os números e não pensar que está aqui uma política de contenção, muito pelo contrário. Não tentem passar que eu, ao ser cauteloso a gerir a finança pública, estou aqui como que um agarrado que não quer fazer investimento. Não, o dinheiro está aqui todo para ser investido mas bem investido, naquilo que faz falta às pessoas. E o nosso diagnóstico social diz que, de facto, faz falta lares em Albufeira. As famílias precisam porque não têm capacidade de cuidar da população sénior, que carece de apoio, e não temos capacidade para isso. Também temos investimentos fortíssimos a fazer na área do domínio da deficiência, que é cada vez mais premente na nossa sociedade fazermos fortes investimentos nessa matéria. E já tentei sensibilizar na AMAL nesse sentido. Parece-me que, neste momento, está a começar a desenhar-se um figurino nessas matérias mas não podemos também descuidar as necessidades de Albufeira, e a verdade é que temos necessidades de grande urgência. E, portanto, Dr. Oliveira eu não quero os cofres da Câmara cheios, pode ter certeza absoluta disso, não quero e nunca quis. Eu quero é ter uma situação sólida, que me permita fazer investimentos. É para isso que este dinheiro está aqui, é para ser investido, não é para ser gasto ao desbarato, é para ser investido. Uma coisa é gastar dinheiro, outra coisa é investi-lo. Eu entendo, e penso que todos nós entendemos, e penso que o Dr. Francisco Oliveira também entende assim: este dinheiro é para ser investido em bons investimentos para o nosso concelho. Mas garanto-lhe uma coisa, não é demais, pode ter a certeza absoluta que não é demais. Não estamos mal, estamos bem financeiramente, estamos sólidos financeiramente, somos conhecidos a nível nacional como o município com mais equilíbrio em termos de finanças, mas o dinheiro está aqui para ser bem investido, disso não tenham quaisquer dúvidas. Pode dizer-me que já devia ter avançado mais rápido, e eu também gostaria, e temos dois exemplos: temos o exemplo dentro da área pública, o Lar dos Olhos de Água, e temos o exemplo que está na esfera privada, o Lar das Fontainhas. Ambos eram projetos existentes mas ambos eram inexecutáveis porque já estavam ultrapassados pela legislação. Só recentemente é que os dois ficaram prontos, e estão a aguardar o que se vai passar a seguir para depois podermos lançar os procedimentos e avançar para isso. As coisas levam o seu tempo, quer do lado público, quer do lado privado, os projetos não caem do céu, as coisas têm de ser feitas com consciência, com cabeça, para que sejam bons projetos. Não vamos fazer um projeto cuja conceção é de há dez anos agora, até porque nem sequer respeita a nova legislação, estou a falar dos Lares de terceira idade. Eu também já gostava de ter lançado a obra do plano de



drenagem de Albufeira. Foi feito pelo melhor gabinete do país, segundo dizem, que foi o que fez o de Lisboa, e pensei logo que era o melhor, e todos nós pensamos isso, e, de facto, deve ser. Tenho as melhores impressões do senhor Professor e da sua equipa mas depois temos o LNEC, que também é uma entidade completamente insuspeita a nível nacional para nos fazer as sondagens que ainda não foram feitas mas que têm de ser feitas. Está lançado o procedimento para isso mas tudo isto leva tempo. E é porque eu quero? Não, nem sequer está nas minhas mãos, não sou eu que faço os desenhos. Logo que esteja nas minhas mãos, quando digo nas minhas mãos refiro-me à Câmara. O que nos cabe a nós, após a parte técnica estar resolvida, é avançar. E garanto que estamos todos cheios de vontade disso, como o senhor também deve estar, estamos todos.”-----

Francisco Oliveira: “Relativamente a esta questão, eu gostaria de acentuar uma ou duas questões. Eu percebo que o dinheiro nunca é demais, senhor Presidente, nunca foi demais, e mesmo com situações de algum desafogo ele nunca é demais e gasta-se com alguma facilidade. Todos nós aqui, certamente, não queremos gastá-lo ao desbarato e, portanto, entregá-lo a projetos que, eventualmente, não sejam produtivos, isso é indiscutível também. O que nós sempre referimos, e continuamos a referir, não são, perdoe-me o termo, “obras faraónicas”, no sentido de pegar no dinheiro e gastá-lo desta ou daquela forma. Sempre entendemos que deveria ser gasto, ou ser atribuído, ou ser desconcentrado para as entidades que, eventualmente, o poderiam utilizar, quanto a nós, da melhor forma. Esta é uma questão política e de opção e gestão política. Não temos dúvida que o Presidente, e nós aqui, facilmente arranjaríamos variadíssimos projetos onde gastar o valor que aqui está em causa, disso não temos dúvida nenhuma. O Presidente falou em duzentos e treze por cento, mas resta saber qual o valor absoluto destes duzentos e treze por cento. Uma coisa são duzentos e treze por cento de mil euros, outra coisa são duzentos e treze por cento de um milhão de euros. Portanto, estamos a falar de valores absolutos, se calhar diferentes. A ideia, de facto, é que, para além dos valores que o Presidente falou, e que rapidamente se gastam, neste momento já existe, como falámos há pouco, cerca de sessenta e sete milhões em trinta e um desde Março nos cofres da Câmara. E estes sessenta e sete milhões e meio já existiam (são mais dez milhões do que aquilo que já existia em trinta e um de Dezembro) aquando da aprovação das contas. E não temos ainda a primeira prestação, que vai acabar este mês, do IMI, que vai, naturalmente, trazer mais receita. Sabemos que há despesas correntes, e que elas têm de ser pagas: os salários e



todas as despesas. Entendemos que é uma questão de opção. Algumas das propostas que sempre fizemos, da resolução de alguns problemas, alguns deles de valor relativamente reduzido, e que neste momento, ou em momento até já anterior, não havia razão para que os mesmos não pudessem ser acudidos, porque até se tratavam de valores, como disse, manifestamente reduzidos. É nesse sentido que entendemos que, de facto, concordamos plenamente com o Presidente, que o dinheiro não é para ser gasto, é para ser investido, é para ter um investimento produtivo, mas também entendemos que as opções podem, eventualmente, ser diferentes e, como tal, manifestamos a nossa opinião nesse sentido."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: nove (09): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Leonardo Paço, José Pimenta, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a Favor: quinze (15): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Eu votei a favor apesar de a minha bancada, o Partido Socialista, se abster. Não houve abstenção por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 3, anexo a esta ata) -----

Francisco Oliveira apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 4, anexo a esta ata) ----

PONTO ONZE

Tomada de conhecimento do teor dos Estatutos da Associação Nacional das Assembleias Municipais, bem como o valor das cotas. -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento do ponto.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos doze e treze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2017/2020. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2017. -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Há pouco já foquei esta questão relativamente à apreciação que fizemos sobre a necessidade da prestação de contas vir transferir o saldo transitado para as rubricas que estão no orçamento e, desde já, devo dizer que a posição do Partido Socialista será no sentido de votar favoravelmente esta alteração. Entendemos que esta alteração é benéfica e traz, efectivamente, um alargamento daquilo que são as verbas para utilização do Município. No entanto entendemos, e por isso fazemos uma declaração de voto, que ainda assim seria curta, haveria a necessidade de ir mais além, de podermos ter uma situação mais folgada. O Presidente entende que não, uma questão de opção, é uma questão de perspectiva. Ainda assim, votaremos favoravelmente, até porque entendemos que é necessário dar aqui um voto de confiança na esperança da tal abertura, e que essa confiança seja confirmada para a extensão das verbas, com o montante daquilo que entendemos que sejam as necessidades da população."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DOZE: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina



Oliveira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO TREZE: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Francisco Oliveira apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º5 anexo a esta acta)----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Pão da Saúde, Pão de Mistura e Papo-secos para Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Sesmarias, Vale Pedras, Jardim de Infância de Albufeira e Jardim de Infância de Vale Carro, até ao limite de € 57.000,00, acrescido do IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos



Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Produtos Ultracongelados para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de € 65.000,00, acrescido do IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público com Publicação no JOUE, para Fornecimento Contínuo de Refeições e Lanches Escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1,2,3 da Guia, JI de Ferreiras e JI de Vale Serves, até ao limite de € 620.000,00, acrescido do IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



José Pimenta: "A CDU mantém a posição em relação a esta matéria: a posição da CDU é da confecção das refeições nas escolas. Por isso temos uma declaração de voto e vamos votar contra."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02): Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

José Pimenta leu declaração de voto. (Doc. 6, anexo a esta ata) -----

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público com Publicação no JOUE, para Fornecimento Contínuo de Frutas e Produtos Hortícolas para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Sesmarias, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, Jardim de Infância de Albufeira, Jardim de Infância de Vale Carro e EB1de Paderne e EB1 de Ferreiras, até ao limite de € 235.000,00, acrescido do IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Cândido Reigado: "Nós temos conhecimento que se tornou obrigatório um prato vegetariano em todas as escolas e já nos perguntaram se isso está a ser cumprido ou não."-----

Vice-Presidente: "Se for obrigatório, com certeza que irá ser cumprido, pode ter a certeza. Nós cumprimos sempre a Lei mas neste momento estamos num outro concurso, que nada tem a ver com os pratos vegetarianos. Neste momento estamos a



tratar de frutas e produtos hortícolas. Mas isso com certeza que irá ser uma realidade."-----

José Pimenta: "O senhor vereador acha descabida esta questão?"-----

Vice-Presidente: "Não acho descabida. Digo que com certeza que vai ser respeitada a legislação."-----

José Pimenta: "Entretanto quem está a fornecer as refeições, essa empresa, também terá de cumprir isso?"-----

Presidente da Assembleia: "Eu presumo que sejam os serviços das escolas a informar o executivo das necessidades. Acho que não é o executivo que põe aqui os valores, digo eu, não sei como se processa mas deve ser assim."-----

Vice-Presidente: "É calculado com base numa estimativa que se faz ao longo dos anos, atendendo ao consumo médio que se faz anualmente, assim é calculado em função do número de alunos e do número de refeições servidas, e encontra-se um valor, estimado, obviamente. Depois vão se fornecendo continuamente "até ao limite de...". Quando chegar a esse limite tem de haver outro concurso, porque se não houver, não há fornecimento. Relativamente às refeições vegetarianas, com certeza que iremos cumprir a Lei."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a Execução da Empreitada de "Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos em Zonas Pontuais do Concelho de Albufeira. -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público Internacional para a " Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Postes de Sinalética Direcional Publicitária no Concelho de Albufeira. ---

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Mercearias para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de € 113.000,00, acrescido do IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Peixe Congelado para as Cantinas Escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, Brejos e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de € 104.000,00, acrescido do IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado,



Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Presidente da Assembleia: "Receberam hoje, por email, um ponto referente a uma necessidade dos serviços da Câmara Municipal de deliberarmos a contratação com os serviços da EDP. Como é uma Assembleia Ordinária, para este ponto ser admitido a discussão tem de ser aprovado por maioria de dois terços. Isto vem na sequência do contrato que foi celebrado em 2001 e tinha a duração de 20 anos, e, portanto, propõe-se que a Assembleia aprove o anexo I do contrato de concessão. Há alguém que não tenha recebido esta informação?"-----

O Presidente da Assembleia colocou a votação a admissão do ponto vinte e dois, que foi aprovado por unanimidade."-----

PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo para alteração do Anexo I do Contrato de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Concelho de Albufeira, a Celebrar com a EDP Distribuição-Energia, S.A.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "Do pouco que li, deu a entender que a ideia é começar a substituir a iluminação pública que existe. Do pouco conhecimento que tenho, as características desse material é uma redução em consumo para cerca de metade. Ou seja, se uma lâmpada desta dimensão consome uns trinta e seis watts a outra passa para dezoito, aproximadamente, e torna-se mais ecológica. Gostava de perguntar se, realmente, já há alguma estimativa de quanto se irá poupar em energia eléctrica, ao mudar, de facto, para este tipo de lâmpadas."-----

Presidente da Câmara: "Sabemos que a poupança é significativa: os consumos são reduzidos praticamente para metade, ou menos, e, portanto, é de todo o interesse fazer-se este tipo de investimento e também pela durabilidade deste novo tipo de material. É um investimento que, neste momento, está a ser feito genericamente por



todos os municípios pelas vantagens que isso representa também para o ambiente e também pela durabilidade que este material tem. Em termos de poupança, é material que se paga em termos de retorno de investimento, num período curto de tempo. Os números precisos não tenho, mas a percepção que tenho é essa."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

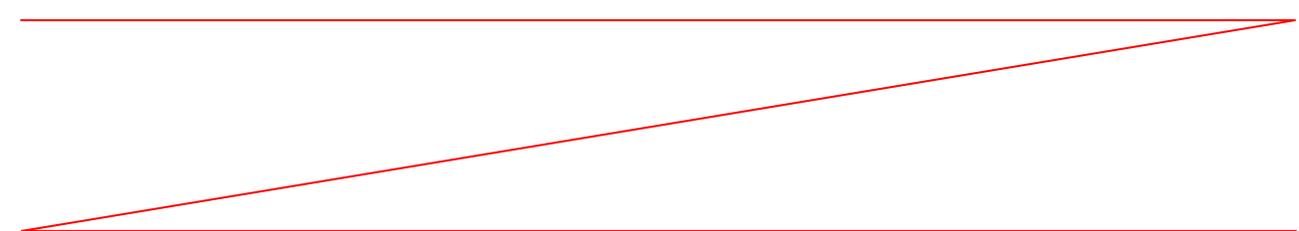
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das vinte e quatro horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de Abril de 2017 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Doc. 1

1

CDU

Tendo em conta as preocupações manifestadas pela população do nosso Concelho no que respeita aos cuidados de saúde primários e no seguimento de notícias vindas a público sobre as condições do Centro de Saúde de Albufeira, foi pedido uma visita/encontro à direcção do ACES central. A reunião foi realizada no Centro de Saúde no dia 3 de Abril com uma delegação do Partido Comunista Português representada pelo Deputado do PCP pelo Algarve Paulo Sá e os membros os eleitos da CDU nesta Assembleia Cândido Reigado e José Pimenta

Tomamos conhecimento dos problemas que afetam esta unidade de saúde, nomeadamente, ao nível dos recursos humanos, das instalações, do parque automóvel, de equipamento informático e da falta de material clínico.

O Centro de Saúde de Albufeira integra a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (que inclui as extensões de saúde de Ferreiras, Guia, Olhos de Água e Paderne), a Unidade de Saúde Familiar Albufeira e a Unidade de Cuidados na Comunidade Al-Buhera.

No Centro de Saúde de Albufeira faltam profissionais de saúde, designadamente, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala e psicólogos), técnicos superiores (assistentes sociais e técnicos de informática), assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Tal carência de recursos humanos reflete-se negativamente na capacidade de prestação de cuidados de saúde às populações. Em particular, há cerca de 10 mil utentes sem médico de família; não se fazem visitas domiciliárias a recém-nascidos; os projetos de prevenção na área de cuidados de saúde primários são muito limitados; há lista de espera para a terapia da fala; a fisioterapia no domicílio está limitada, há problemas de limpeza e higienização, etc.

Apesar das instalações da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados serem adequadas, num dos gabinetes médicos há um sério problema de infiltrações que tarda em ser resolvido. A Unidade de Saúde Familiar Albufeira está instalada provisoriamente (desde 2010!) em contentores, sem condições adequadas: dificuldade de regulação da temperatura (quente no verão, frio no inverno); chove lá dentro, obrigando à colocação de baldes para recolha da água da chuva; há problemas com a instalação elétrica; a sala de espera para os utentes é muito pequena; o WC dos utentes está avariado. Na Extensão de Saúde de



2

Olhos de Água há um problema com a instalação elétrica, que se arrasta há mais de dois anos.

Na Unidade de Cuidados na Comunidade Al-Buhera há falta de viaturas para apoio domiciliário. Desde o passado mês de janeiro há apenas uma viatura disponível para esse fim, pelo que, apesar de haver duas equipas, apenas uma sai para dar apoio domiciliário. Tal circunstância traduz-se num sério prejuízo para os utentes que necessitam desses apoios. Também não há viaturas para deslocações às escolas, comprometendo os projetos de saúde escolar.

À delegação do PCP foram ainda reportados problemas ao nível dos equipamentos informáticos e do apoio técnico especializado de informática.

Por fim, no Centro de Saúde de Albufeira verifica-se, pontualmente, falta material clínico. Este é um problema que deve ser definitivamente ultrapassado, por via da manutenção de stocks adequados de material clínico na Administração Regional de Saúde do Algarve e da sua pronta disponibilização aos centros de saúde.

Ora esta situação prejudica gravemente os utentes destes serviços.

Tem o sr Presidente e o seu executivo conhecimento destes problemas?

Se sim, o que fez o executivo junto da ARS para que estas situações fossem resolvidas?

Quando é que foi feito o último contacto com finalidade de uma solução, ^{ou} melhoria dos ^{serviços} prestados aos munícipes de Albufeira?

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



P
Ponto 4

Declaração de Voto

Concurso público para aluguer de máquinas e viaturas com condutor

A CDU, mantendo a sua posição de defesa dos serviços públicos, vota contra esta deliberação.

Em casos de emergência e casos pontuais seria justificado o que não é o caso.

A CDU considera que a aquisição para renovação do equipamento obsoleto, maquinaria existente nas oficinas da CMA será a opção correta, cria mais emprego, é mais económico e traz mais benefícios para os munícipes.

Albufeira, 27 de Abril de 2017

Os eleitos da CDU

Cândido Augusto Marques Reigado

José Joaquim do Carmo Pimenta



Ponto 10

DECLARAÇÃO DE VOTO

Boa noite a todos.

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de Paderne, quero expressar nesta Assembleia Municipal, a minha abstenção no ponto 10. Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2016, considerando a falta de concretização orçamental em projetos previstos para Paderne, no ano em causa, designadamente:

-Não foram alcatroados quaisquer caminhos degradados, ditos “tipificados”, que servem mais de 250 casas habitadas;

-Não foram feitas quaisquer reparações e conservação de caminhos de terra batida, apesar da nossa constante insistência e de terem entrado no Gabinete de Apoio ao Múncipe, via Junta de Freguesia de Paderne, mais de 120 reclamações de Padernenses sobre essa matéria;

-Não foram repavimentadas as estradas municipais da freguesia que constavam no PPI;

-Não foram executadas quaisquer obras relacionadas com a ampliação da rede de águas residuais, inexistente em mais de um terço das habitações da freguesia;

PAG 1/2



-Não foram feitas as obras de requalificação do Complexo Desportivo João Campos;

-Assim como continuamos sem qualquer resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, às várias propostas que fizemos para delegação de competências na Junta de Freguesia de Paderne, principalmente na Manutenção, Conservação e Requalificação de Caminhos, Estradas, Arruamentos e Pavimentos Pedonais.

Perante esta Assembleia, reafirmo que continuo totalmente disponível, para colaborar com a Câmara Municipal de Albufeira, na execução dos projetos referidos, entre outros, considerados básicos para assegurar a equidade da qualidade de vida de todos os Albufeirenses.

Muito obrigado

27/04/2017

-MIGUEL COELHO-

PAG. 2/2



Ponto 10

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativamente ao Ponto 10 da Ordem de Trabalhos, referente à Prestação de Contas do Município respeitante ao ano de 2016, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto.

Antes de mais, esclarece-se que não está em causa qualquer apreciação de ordem técnica e/ou contabilística, realçando-se o trabalho e empenho dos técnicos e funcionários da edilidade que, com o seu habitual profissionalismo e dedicação, trabalharam no sentido de apresentar o referido documento em tempo e cumprindo os requisitos exigidos.

A todos eles e aos restantes funcionários, o nosso sincero agradecimento.

Porém, e apesar de se tratar de um documento essencialmente técnico, a verdade é que o mesmo espelha a opção política tomada por este Executivo na gestão do município, a qual merece a nossa avaliação.

Quanto a nós, tais opções estão erradas, como podemos comprovar pelos números apresentados no referido documento.

Desde logo, basta verificarmos os saldos transitados de 2015 no valor de 40,80 milhões de euros e de 2016 no montante de 57,08 milhões de euros.

1
P

Estes números demonstram que não se trata de uma situação acidental, mas sim de uma opção que se traduz em arrecadar impostos e não devolver tais montantes às populações, dinamizando assim a economia local.

Está já demonstrado que a redução dos rendimentos das famílias e das empresas, é uma política que conduz ao empobrecimento dos cidadãos, com a conseqüente retracção económica.

Porque razão não se reduzem as taxas municipais e, em particular, as tarifas tão elevadas do preço da água e saneamento básico?

Verifica-se pelos números apresentados neste documento, a existência de margem de manobra para o efeito, mas a opção política do Executivo não vai nesse sentido.

Veja-se a execução orçamental que em 2014 foi de 93%, em virtude das limitações do PAEL e da lei dos compromissos, mas já em 2015 foi de 70% e em 2016 de 55%, o que revela a manifesta incapacidade do Executivo em gerir o município apesar da abundância de recursos.

A verdade é que existem necessidades básicas da população que não estão a ser asseguradas.

Existem escolas no concelho em condições de degradação extrema, na freguesia de Paderne, por exemplo, cerca de 40% das habitações não têm saneamento básico, o que é incompreensível no século XXI. Para além destas, muitas outras necessidades básicas



podem ser asseguradas, com valores manifestamente reduzidos face ao volume de recursos que o município dispõe nesta data. Porém, não é esta a política seguida pelo Executivo, pelo que entendemos estarem no caminho errado.

Ao não procederem a uma execução Orçamental próxima dos 100%, só restaria ao Executivo outra opção, que seria a redução dos elevados impostos e taxas municipais, o que manifestamente não acontece, verificando-se que nenhuma das opções é utilizada sacrificando-se, assim, como atrás se referiu, as famílias e empresas do Concelho.

Convém ainda realçar que, muitas das promessas da baixa de impostos e taxas, só foram cumpridas pela pressão do PS e das restantes forças políticas, e que outras foram esquecidas apesar da insistência na sua concretização.

Esta é uma estratégia que condenamos, pelo que aqui manifestamos a nossa evidente discordância.

Face ao exposto, o grupo Parlamentar do Partido Socialista entende não poder aprovar este documento de Prestação de Contas, em virtude da opção política seguida pelo Executivo, completamente oposta à que partilhamos.

Tratando-se de um documento essencialmente técnico, contra o qual, no que respeita às regras contabilísticas, nada temos a apontar, entende o Grupo Parlamentar abster-se na votação deste ponto.



O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Albufeira.

Albufeira, 27 de Abril de 2017

4
a



DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem, por este meio, apresentar a sua Declaração de Voto, referente aos Pontos 12 e 13 da Ordem de Trabalhos, da sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27 de Abril de 2017.

Relativamente aos documentos apresentados e, em particular, à 2ª revisão do Orçamento para o ano de 2017, reconhece-se que se trata de um documento essencialmente técnico, e que visa proceder à transferência, após a deliberação sobre a Conta de Gerência, das verbas necessárias ao preenchimento das rubricas inseridas no Orçamento para 2017.

Porém, e na sequência do que tem sido dito durante todo este mandato, mais uma vez, se perde uma soberana oportunidade de tratar das necessidades básicas e prementes da população, com a atribuição de verbas às freguesias e o preenchimento de rubricas fundamentais para a reparação de escolas, saneamento básico, vias e caminhos, limpeza, meio ambiente, etc.

A gestão centralizadora que o Executivo e, em particular, o Sr. Presidente fazem das competências e atribuição de recursos, é contrária ao princípio já estafadamente comprovado, de que “um euro gasto pelo poder local equivale a quatro euros do poder central”.

Sabendo-se que as freguesias são o órgão mais próximo das populações, é incompreensível que se continue com a mesma política.

Neste momento, já nem existe o argumento da falta de verbas. Elas existem e são muito consideráveis.

Esquece-se o Executivo e o Sr. Presidente da Câmara Municipal que, há largos anos, eram os municípios que sofriam do garrote imposto pelo poder central, que transferia para o poder local o que bem entendia. Com a mudança da política, os municípios recebem agora directamente os impostos,

P₁

sendo receitas próprias que administram, sem necessidade de submeterem as exigências e honores do Poder Central.

honores

No entanto, as Juntas de Freguesia continuam a depender financeiramente dos municípios, andando de mão estendida, mendigando verbas para resolverem as questões das suas populações.

Neste particular, veio o Governo Central propôr a alteração da lei, no sentido de atribuir aos municípios e às Juntas de Freguesia competências e receitas próprias, por forma a evitar o estrangulamento das suas finanças.

Porém, e apesar da mudança de mentalidades, que permitirá às Juntas de Freguesia resolverem os seus problemas sem dependerem do município, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira continua a prosseguir uma política já condenada e passadista.

Face ao exposto, e por forma, mais uma vez, a conceder ao Executivo todas as condições para a prossecução de necessidades prementes da população, e tendo em conta que se trata de um documento essencialmente técnico de transferência de verbas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente estes dois pontos, na esperança de que tal abertura e voto de confiança permita a tão desejada extensão de verbas, para colmatar as necessidades básicas das populações.

Os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista

27/04/2017

Carlos Almeida
Vicinho
Paulo
Almeida

PS



Doc. 6

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Ponto 16

Declaração de Voto

Concurso público para fornecimento de refeições

A CDU, mantendo a sua posição sobre este assunto, vota contra esta deliberação.

Na maioria dos estabelecimentos de ensino que existem condições físicas para a realização das refeições, a CDU afirma que esta competência deve ser realizada directamente por funcionários da autarquia.

A realização desta tarefa na própria escola, garante ao nível económico, social, higiénico e material, uma mais-valia para toda a comunidade escolar.

Albufeira, 27 de Abril de 2017

Os eleitos da CDU

Cândido Augusto Marques Reigado

José Joaquim do Carmo Pimenta